

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE MUSEOLOGIA

ANA PAULA SOARES ROMAN

O PROTAGONISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E MINORIAS:
DIAGNÓSTICO DOS MUSEUS PÚBLICOS DE FLORIANÓPOLIS

FLORIANÓPOLIS - SC

2022

ANA PAULA SOARES ROMAN

O PROTAGONISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E MINORIAS:
DIAGNÓSTICO DOS MUSEUS PÚBLICOS DE FLORIANÓPOLIS

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
Museologia do Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito para a obtenção do título de Bacharel
em Museologia. Orientadora: Prof.a Dr^a Thainá
Castro Costa Figueiredo Lopes

FLORIANÓPOLIS - SC

2022

ANA PAULA SOARES ROMAN

O PROTAGONISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E MINORIAS:
DIAGNÓSTICO DOS MUSEUS PÚBLICOS DE FLORIANÓPOLIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Museologia aprovado em sua forma final pelo Curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis (SC), 25 de março de 2022.

Prof^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, Dr^a
Coordenadora do Curso e Orientadora da Pesquisa

Banca examinadora:

Prof.a Margarita Nilda Barreto Angeli, Dr^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Msc. Renata Cittadin
Sistema Estadual de Museus de São Paulo - SEM/SP

Anahí Guedes de Mello, Dr^a

Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que me apoiou diariamente para a conquista de uma nova profissão, sempre com paciência, carinho e amor, em especial meus pais, Edgar e Heloisa, meu parceiro de vida Marcos e minha amada filha Maria Clara.

À Prof^a Thainá agradeço pela dedicação diária em me orientar neste trabalho e me empoderar para um mundo novo profissional. Agradeço também a todos os professores e professoras que me deram as mãos durante a minha caminhada acadêmica, em especial a Prof^a Renata Padilha e o Prof^o Valdemar de Assis Lima que de diversas maneiras me trouxeram sentimento de pertencimento e identidade.

Agradeço às minhas colegas de curso que juntas compartilharam muito mais do que conhecimento, me ofereceram a amizade.

Por fim, agradeço pelo privilégio de ter estudado na Universidade Federal de Santa Catarina.

Dedico este trabalho aos meus antepassados que me guiaram para a escolha de um novo caminho, em especial meu avô, Doralécio Soares.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem a finalidade de mapear a existência do protagonismo de pessoas com deficiência (PcD), bem como de pessoas pertencentes a grupos minoritários, com marcadores sociais da diferença, no mercado de trabalho dos museus com natureza administrativa pública, na cidade de Florianópolis - SC, Brasil. A pesquisa discorre de forma breve sobre as conquistas e os retrocessos históricos das PcD e os reflexos disso na sociedade, bem como no mercado de trabalho. As instituições museológicas, via de regra, não qualificam seus profissionais com objetivo de romper as barreiras sociais atreladas ao preconceito e ao assistencialismo no âmbito da inclusão. As ações que dinamizam a acessibilidade dentro dos espaços culturais são elaboradas majoritariamente pelos setores educativos e estão associadas ao receptivo dos públicos. Portanto, um formulário com 31 perguntas foi aplicado às entidades a fim de compreender quais são as práticas acessíveis adotadas nesses espaços, o número de PcDs e minorias que ocupam cargos efetivos, entender quais são esses cargos, e também qual é o tempo de permanência destes nos seus empregos. De maneira conjunta, foi realizada uma análise nos conteúdos sobre acessibilidade presentes nos sites das suas instituições. Essa estratégia teve a finalidade de confrontar as contradições percebidas a partir das respostas do formulário e os conteúdos sobre as ações de acessibilidade disponíveis nos sites. Por fim avaliar se o site faz uso de ferramentas com o foco na inclusão digital. O resultado disso apontou contradições nas respostas oferecidas e deflagrou ausências nos museus, pelo ponto de vista da escassa participação de profissionais com alguma deficiência, de pessoas LGBTQIA+, de pessoas pretas ou pardas e de pessoas indígenas, bem como o reduzido tempo de permanência por parte de alguns grupos nos seus cargos de trabalho. Outra percepção alcançada foi a significativa falta de assimilação das instituições sobre acessibilidade. Esse fato apresenta um indicativo sobre a carência de ações, por parte do aparato estatal, que tenha o interesse na promoção destes grupos nos museus. A análise também apresenta percepções sobre o caráter excludente nas publicações de três entidades balizadoras dos saberes museológicos - o Cadastro Catarinense de Museus - CCM, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a publicação do Museu em Números do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Isso se dá por meio do reconhecimento dos principais marcadores que sinalizam nos textos quais são os pontos relacionados à acessibilidade. Portanto, conclui-se que possa existir uma demanda de mercado negligenciada, o qual resultará

na urgência da inclusão de PcDs e dos grupos minoritários nos museus para que se possa elaborar, a partir de estratégias de acessibilidade, as práticas nos processos museológicos, a fim de que se possa fornecer avanços para a elaboração de processos museológicos acessíveis e elaborado à todos os tipos de públicos. O resultado da pesquisa tem o propósito do registro de dados atualizados que por ventura venham a se desdobrar em novos desdobramentos nos campos da museologia e da acessibilidade cultural.

Palavras chave: acessibilidade; museologia; processos museológicos acessíveis; capacitismo; inclusão.

ABSTRACT

This graduation project aims to map the existence of the protagonism of people with disabilities, as well as people belonging to minority groups in the job market of public museums in the city of Florianópolis - SC, Brazil. The research briefly discusses the historical achievements and setbacks of people with disabilities and the consequences of this in society, as well as in the labor market. As a rule, museological institutions do not qualify their professionals aiming at breaking the social barriers linked to prejudice and welfarism within the scope of inclusion. The actions which boost accessibility within cultural spaces are mostly developed by the educational sectors and are associated to the reception of the public. Therefore, a questionnaire with 31 questions was applied to the entities in order to understand which are the accessible practices adopted in these spaces, the number of people with disabilities and minorities who occupy effective positions, to understand what these positions are, and also how long they remain in their jobs. In a joint manner, an analysis was carried out on the contents about accessibility present in the websites of their institutions. The purpose of this strategy was to confront the contradictions perceived from the answers to the questionnaire and the contents about accessibility actions available on the websites. Finally to evaluate if the website makes use of tools focusing on digital inclusion. The result of this pointed out contradictions in the answers offered and deflated absences in museums, from the point of view of the scarce participation of professionals with some kind of disability, of LGBTQIA+ people, of black or brown people and indigenous people, as well as the reduced time of permanence by some groups in their work positions. Another perception reached was the significant lack of assimilation of accessibility by institutions. This fact presents an indication about the lack of actions, by the state apparatus, which has the interest in promoting these groups in museums. The analysis also presents perceptions about the exclusionary character in the publications of three entities of museum knowledge - the Cadastro Catarinense de Museus - CCM, the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE and the publication of Museus em Números from the Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. This is done through the recognition of the main markers that signal in the texts which are the points correlated to accessibility. Therefore, it is concluded that there may be a neglected market demand, which will result in the urgency of the inclusion of people with disabilities and minority groups in museums so that it can be elaborated, from accessibility strategies, the practices in museological processes,

in order to provide advances for the development of museological processes accessible and prepared to all types of audiences. The research result has the purpose of registering updated data that may eventually unfold in new developments in the fields of museology and cultural accessibility.

Keywords: accessibility; museology; accessible museological processes; ableism. inclusion.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Porta do banheiro feminino do MAM - SP, 2019. Descrição da imagem: fotografia da porta do banheiro do museu, na cor vermelha, com a imagem em tamanho real de um ícone sugerindo ser uma boneca, na cor branca. Ao lado em tinta branca está descrito: use o banheiro de acordo com o gênero com o qual você se identifica, aqui a diversidade é respeitada. 42
- Figura 2. Mural expográfico no MAC - USP, 2019. Descrição da imagem: A imagem mostra parte de um mural, na cor vermelha, com diferentes ícones, sinalizando corpos diversos, também na cor vermelha, com efeito plastificado brilhante. No centro da imagem, em tinta branca está descrito: Sejam bem-vindos! Welcome! 43
- Figura 3. Texto alternativo incorporado à página de Instagram da Exposição NOIA, 2020. 44
- Figura 4. Descrição da imagem: Diante de um grupo de crianças sentadas no chão, em frente a um painel na cor vermelha, Leonardo faz sua mediação em libras. 48
- Figure 5. Pista de dança vibrotátil - MAM - SP, 2019. Descrição da imagem: a fotografia mostra um grupo de mulheres, dentro do MAM, em cima da plataforma vibrotátil na cor branca. 49
- Figura 6. Plataforma com areia colorida - MAM - SP, 2019. Descrição da imagem: na fotografia, em primeiro plano aparece um homem, branco com cabelos escuros, segurando uma placa transparente com areias coloridas misturadas pela vibração da música. Ao lado, em cima de uma mesa, saquinhos com areias coloridas e placas tamanho A4 com informações em diferentes línguas explicando como funciona a dinâmica. Em segundo plano, mulheres em cima da plataforma vibrotátil. 49
- Figura 7. Caixas de som de vibração - MAM - SP, 2019. 50
- Figura 8. Educadora surda - Pinacoteca - SP, 2019. Descrição da imagem: a fotografia mostra a mediadora, em frente à uma pintura intitulada O tempo. Ela está ensinando o seu sinal, em libras, durante a sua mediação ao público visitante. No canto inferior direito aparece um homem, sentado no chão, acompanhando a sua fala. 51
- Figura 9. Exposição permanente tátil - Pinacoteca - SP, 2019. Descrição da imagem: na fotografia aparece um busto, em bronze, em cima de uma plataforma branca. Nesta, uma etiqueta descrevendo em braile o conteúdo da obra e no lado esquerdo um símbolo de fones de ouvido, sinalizando a faixa número nove, onde está localizado o conteúdo de audiodescrição. 51

Figura 10. Carrinho com jogos e acervo acessível para as mediações - Pinacoteca - SP, 2018. Descrição da imagem: Na fotografia aparece em primeiro plano a imagem da educadora, segurando uma placa branca com a imagem em alto relevo do quadro Abaporu de Tarsila do Amaral. Em segundo plano está o carrinho, com algumas estantes, contendo obras e atividades acessíveis aos públicos. Na parte superior do carrinho, a réplica interativa e desmontável, em madeira, da obra Abaporu e outras figuras impressas em papel. 52

Figura 11. Quadros com informação interativa sobre itens de uso coletivo - Pinacoteca - SP, 2019. Descrição da imagem: Na fotografia aparece sob uma parede na cor preta, um quadro, no tamanho A4, interativo na cor vermelha, o qual se pode fechar e abrir metade do quadro, ao deslizar parte da metade de uma lâmina de madeira, também na cor vermelha, para o lado direito ou esquerdo, mostrando ou escondendo o conteúdo descrito, nas cores lilás e branca, indicando a disponibilidade de vídeos e audioguias no museu. 52

Figura 12. Educadora Lara Souto Santana realizando a mediação com os visitantes do museu. Descrição da imagem: Na fotografia aparece Lara com seu braço esquerdo levantado e uma expressão facial feliz. Ela está ao lado do busto em bronze de Louis Braille. Em primeiro plano, de costas, meninas acompanham a visita. 53

Figura 13 Mapa urbano tátil com nome das ruas e imagens com diferentes deficiências visuais - Fundação Dorina Norwill - SP, 2019. Descrição da imagem: Na fotografia aparece, em segundo plano, nas cores preta e amarela, o mapa tátil geográfico das ruas no entorno da fundação. Em primeiro plano, na parte direita, a meio da imagem, aparece uma mão apontando para quatro fotografias, que estão expostas a meio da imagem e em cima do mapa, com imagens ilustrando como as diferentes deficiências visuais se comportam nos olhos de uma pessoa. 54

Figura 14 Expografia acessível - Fundação Dorina Norwill - SP, 2019. Descrição da imagem: a fotografia mostra parte da expografia tátil, com o acervo da fundação. 54

Figura 15. Publicação CCM p.41 Descrição da imagem: Na imagem aparece o quadro de trabalhadores e suas porcentagens de ocupação. 56

Figura 16. Museus em números. Descrição da imagem: Na imagem aparece um fragmento do texto publicado no site, com o uso inadequado de palavras (portadores de necessidades especiais). 63

Figura 17. Tabela publicação. 68

Figura 18 Descrição da imagem: Na imagem aparece um fragmento do texto publicado no site, com o uso inadequado de palavras em destaque . 70

Figura 19. Descrição da imagem: Na imagem aparece um fragmento do texto publicado no site, com o uso inadequado de palavras em destaque. 73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Marcadores de casa órgão.	62
Tabela 2. relação dos itens indicativos dos marcadores de acessibilidade	63
Tabela 3. Relação dos itens indicativos dos marcadores de acessibilidade	65
Tabela 4. Respostas do formulário dos museus federais	76
Tabela 5. Respostas do formulário dos museus estaduais	79
Tabela 6. Respostas do formulário dos museus municipais.	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASSP - Associação de Surdos de São Paulo
BPC - Benefícios de Prestação Continuada
CCM - Cadastro Catarinense de Museus
CF - Constituição Federal
CIC - Centro Integrado de Cultura
CNM - Cadastro Nacional de Museus
Comcap - Companhia de Melhoramentos da Capital
Conade - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
COVID-19 - Corona Virus Disease 19
DJ - Disc Jockey
eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
ESCS - Escola Superior de Comunicação Social
FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial
FCC - Fundação Catarinense de Cultura
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
IEB - Instituto de Estudos Brasileiros
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LBI - Lei Brasileira da Inclusão
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, intersexo, assexual, mais
Libras - Língua Brasileira de Sinais
MAC Dragão - Museu de Arte Contemporânea do Ceará
MAC/USP - Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo
MAM - Museu de Arte Moderna

MARquE - Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral

MASC - Museu de Arte de Santa Catarina

MDPD - Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência

MESC - Museu da Escola Catarinense

MHSC - Museu Histórico de Santa Catarina

MinC - Ministério da Cultura

MIS/SC - Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina

MVM - Museu Victor Meirelles

NBR 9050 - Norma Brasileira 9050

NDA - Núcleo de Documentação Audiovisual

ONU - Organização das Nações Unidas

PcD - Pessoas com deficiência

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

PNC - Plano Nacional de Cultura

PNEE - Política Nacional de Educação Especial

PNM - Política Nacional de Museus

PNS - Pesquisa Nacional de Saúde

PsD - Pessoa sem Deficiência

SEM/SC - Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina

SESC/SC - Serviço Social do Comércio de Santa Catarina

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SRTE/SC - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UV - Ultravioleta

VLibras - Video Libras

W3C - World Wide Web Consortium

WCAG 2.0 - Web Content Accessibility Guidelines

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO (CORRIGIDO ver notas de rodapé)	19
MAPA CONCEITUAL - REFAZER	21
OBJETIVO E METODOLOGIA	22
CAPÍTULO 01-BREVE PASSAGEM SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA DEFICIÊNCIA	24
3.1 CAPACITISMO	32
3.2 PcD E MERCADO DE TRABALHO	36
CAPÍTULO 02 - MUSEOLOGIA E ACESSIBILIDADE	39
CAPÍTULO 03 - ANÁLISE E RESULTADOS	57
MUSEUS FEDERAIS:	59
5.1.1 Museu Victor Meirelles	59
5.1.2 Museu de Arqueologia e Etnologia - Oswaldo Rodrigues Cabral - MARquE	60
MUSEUS ESTADUAIS:	60
Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC	60
5.2.2 Museu de Arte de Santa Catarina – MASC	60
5.2.3 Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina - MIS/SC	61
5.2.4 Museu da Escola de Santa Catarina MESC	61
5.2.5 Museu de Armas Major Lara Ribas	61
MUSEUS MUNICIPAIS:	62
5.3.1 Museu do Presépio - Bosque Vereador Pedro Medeiros	62
5.3.2 Museu do Lixo da Comcap	62
5.3.3 Museu de Florianópolis – SESC	63
5.4 MUSEOLOGIA E ACESSIBILIDADE EM FLORIANÓPOLIS	63
5.4.1 Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM	64
5.4.2 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	66
5.4.3 Cadastro Catarinense de Museus- CCM	67
5.5 MUSEUS FEDERAIS:	70
5.5.1 Museu Victor Meirelles	70
5.5.2 Museu de Arqueologia e Etnologia - Oswaldo Rodrigues Cabral - MARquE	71
5.6 MUSEUS ESTADUAIS:	72
5.6.1 Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC	72
5.6.2 Museu de Arte de Santa Catarina – MASC	72
5.6.3 Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina - MIS/SC	73
5.6.4 Museu da Escola de Santa Catarina - MESC	73
5.6.5 Museu de Armas Major Lara Ribas	75

5.7 MUSEUS MUNICIPAIS:	75
5.7.1 Museu do Presépio - Bosque Vereador Pedro Medeiros	75
5.7.2 Museu do Lixo da Comcap	76
5.7.3 Museu de Florianópolis - SESC	76
5.8 ANÁLISE DOS DADOS E FORMULÁRIO	77
5.8.1 Museus Federais:	77
5.8.2 Museu Victor Meirelles	79
5.8.3 MARquE	80
5.8.4 Museus Estaduais:	80
5.8.5 Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC	82
5.8.6 Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina - MIS/SC	82
5.8.7 Museu da Escola Catarinense – MESC	82
5.8.8 Museu de Arte de Santa Catarina e Museu de Armas Major Lara Ribas	83
5.9 MUSEUS MUNICIPAIS:	84
5.9.1 Museu do Presépio	87
5.9.2 Museu do Lixo – Comcap	87
5.9.3 Museu de Florianópolis	88
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
7. REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE	98

“Nunca se pode concordar em rastejar, quando se sente ímpeto de voar.”

Helen Keller

1. INTRODUÇÃO (CORRIGIDO ver notas de rodapé)

A museologia tem um papel importante nos estudos sobre as relações entre as pessoas, lugares, objetos e seus usos sociais. Dentro dos museus, equipamentos culturais que dinamizam e mostram parte dessas relações, ainda existem algumas lacunas excludentes que não consideram a participação de alguns tipos de públicos. Esta não é uma realidade exclusiva aos museus. Outras áreas do conhecimento também seguem por caminhos excludentes e que, por consequência, acabam por não considerar a participação de profissionais com alguma deficiência ou diferenças sociais dentro do seu organograma, tornando-se equipamentos sem representatividade de grupos sociais diversos. Durante o meu percurso acadêmico, na museologia, tive contato com algumas iniciativas que mostravam dinâmicas de trabalhos nos museus, com o foco nas pessoas com deficiência – PcDs. Essas iniciativas buscavam incluir alguns níveis de acessibilidade, quando se tratava do receptivo de públicos. Nem todas demonstravam efetividade e sucesso, porém, em sua maioria, priorizavam dinâmicas dentro dos núcleos educativos, que integravam os públicos com alguma deficiência. Infelizmente, muitas dessas ações são elaboradas por pessoas sem experiência e treinamento nas áreas correlacionadas, e por muitas vezes, por motivos diversos, não certificam que as iniciativas funcionem conforme o projetado. Por vezes, me deparei com realidades avessas às que regulamentam as diretrizes legais brasileiras - em relação à Lei Brasileira da Inclusão (LBI). Tanto nas iniciativas culturais com o objetivo de aproximar novos públicos com alguma deficiência aos equipamentos culturais, quanto na possibilidade de se estar dentro deste museu sendo conduzido por um profissional com alguma deficiência ou que pertença a grupos com marcadores sociais da diferença¹.

Enquanto realizava meu curso de Bacharelado em Comunicação Social, em 2009, no meu estágio profissional, tive a oportunidade de acessar materiais sofisticados usados na área de produção gráfica. Esses materiais despertaram em mim curiosidades sobre seus usos e adaptações, ponderando seu emprego para além da sedução estética de novos consumidores. Diante daquele leque de materiais que aguçaram os meus sentidos, com o uso de cores, aromas e texturas, me senti desafiada a ampliar as minhas formas de comunicação, para além dos públicos

¹ O termo “marcadores sociais da diferença” é aqui direcionado a grupos sociais classificados pela desigualdades sociais - indígenas - pretos e pardos - LGBTQIA+.

considerados usuais e, com isso, criar dinâmicas que pudessem romper as barreiras existentes naquela comunicação considerada tradicional. Estas, com certeza, poderiam se tornar ferramentas para o alcance, de forma menos excludente, de grupos, que até então, em sua maioria, eram postos à margem das comunicações.

Diante disso, percebi que as tecnologias de impressão poderiam ter como finalidade ampliar narrativas e percepções, e com isso, aproximar as pessoas com alguma deficiência - naquele momento visual - à realidades nunca antes compreendidas por elas. Por tudo isso, em 2011, ao concluir o curso de Bacharelado em Comunicação Social, minhas inquietações se materializaram em um projeto monográfico focado na acessibilidade cultural. Um projeto dedicado às pessoas cegas e ao turismo na cidade de Florianópolis - SC. A pesquisa em questão, construída de forma colaborativa com o grupo identitário infelizmente não saiu do papel, porém gerou como resultado um guia turístico, com fotografias e texto acessíveis divulgando pontos relevantes da cidade, por meio de recursos de impressão como: o uso do verniz aromático², o verniz texturizado³, a impressão em alto e baixo relevo, a impressão em tinta e em braile⁴.

Anos mais tarde, durante a graduação do curso de museologia, meu interesse pelo universo das PcDs e as questões patrimoniais me impulsionaram a novas ideias que pudessem criar níveis de acessibilidade com o foco na inclusão de públicos com alguma deficiência. Sendo assim, o tema me direcionaria para novos ensaios de pesquisa na qual pensava na aproximação das PcDs à fruição das paisagens arquitetônicas e históricas. Para que tal acontecesse, busquei um exemplo, que me inspirou enquanto estudava comunicação social na Escola Superior de Comunicação Social - ESCS em Lisboa - Portugal. Tal exemplo, uma miniatura tátil da monumental Torre de Belém foi criada com o objetivo da fruição patrimonial por pessoas cegas. A partir disso, recriaria um circuito expográfico no centro histórico da cidade de Florianópolis, com réplicas em miniaturas táteis de alguns marcos históricos. Oferecendo ferramentas, com a proposta de dispor possibilidades para ampliar o conhecimento das pessoas que, por algum motivo, não pudessem ver àquelas construções, bem como aproximar públicos locais e visitantes da cidade para conhecer de forma pormenorizada os patrimônios em questão.

² O verniz aromático UV é uma técnica que aplica aromas em cima das imagens e tem o propósito de atrair a atenção por meio do sentido do olfato.

³ O Verniz texturizado é uma técnica onde se aplicam camadas, com baixo ou alto relevo, em cima das imagens e tem o propósito de criar texturas na superfície das imagens impressas.

⁴ Braille é um sistema universal de leitura e escrita geralmente utilizado como ferramenta de escrita por pessoas cegas ou com alguma deficiência visual. Foi criado pelo francês Louis Braille.

Ao me aproximar da conclusão do curso de Bacharelado em Museologia, tive o privilégio, apesar do momento frágil por conta da pandemia de COVID-19, de realizar meu estágio curricular no Museu da Inclusão da cidade de São Paulo. Essa vivência expandiu a minha percepção sobre as questões que envolvem o significado das palavras: acessibilidade e inclusão.

As subjetividades atreladas ao tema me trouxeram questionamentos sobre as ausências das representatividades e do cumprimento dos direitos da PcD dentro dos museus. Considerando que no Brasil, segundo a pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e realizado pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em 2019, o número de pessoas com algum tipo de deficiência é de 17.3 milhões de brasileiros⁵ (GANDRA, 2021). A partir disso me questionei sobre a acessibilidade, inclusão e representatividade dentro desses espaços, pois as iniciativas até então elaboradas pelos equipamentos culturais são pensadas a partir do ponto de vista do receptivo dos visitantes com alguma deficiência, desconsiderando em grande maioria, a participação de profissionais com alguma deficiência.

A temática escolhida para a pesquisa surgiu após a participação no 6º Congresso Internacional de Educação e Acessibilidade em Museus, promovido em 2019 pelo Instituto de Estudos Brasileiros - IEB, cujo tema “Nada sobre nós, sem nós” promovia discussões e reflexões sobre o protagonismo da PcD nos equipamentos culturais da cidade de São Paulo - SP.

1.1 MAPA CONCEITUAL

A fim de elucidar sobre os direitos conquistados pelas PcDs, discorro de forma breve, no primeiro capítulo, pontuando algumas passagens históricas que marcam as conquistas e retrocessos ao longo do tempo. Com a finalidade de dialogar sobre as questões estruturais que impedem as PcDs de usufruir dos seus direitos como cidadãos, discorro sobre o capacitismo⁶, sob a óptica dos autores Anahi Guedes de Mello⁷ e Victor Di Marco⁸, que promovem reflexões sobre o tema. No segundo capítulo, discorro sobre museologia e acessibilidade e trago exemplos com o

⁵ A pesquisa foi realizada com pessoas a partir dos 2 anos de idade.

⁶ Capacitismo é uma palavra relacionada a situações de preconceito, associada às capacidades físicas, motoras ou intelectuais das PcD em comparação à pessoa sem deficiência - PsD.

⁷ Anahi Guedes de Mello é antropóloga, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

⁸ Victor Di Marco é diretor, roteirista, ator e escritor. Ativista pela luta contra o capacitismo e a LGBTfobia.

foco em dinâmicas para alcançar processos museológicos acessíveis. Para isso, discorro com base nas leis constitucionais e cito os autores Anahi Guede de Mello, Marco Antônio Gavério⁹ e Viviane Panelli Sarraf¹⁰. No terceiro capítulo, discorro sobre a museologia em Florianópolis e elaboro uma análise sobre os dados coletados a partir do formulário aplicado às instituições selecionadas. Por fim, com base nos resultados da coleta de dados e análise do conteúdo dos sites dos museus, faço uma breve reflexão sobre a atual situação dos museus de Florianópolis.

2. OBJETIVO E METODOLOGIA

O objetivo geral da pesquisa é identificar a presença de profissionais com alguma deficiência no quadro institucional dos museus da cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, de tenham natureza administrativa pública. Para além de identificar o protagonismo dos profissionais, os objetivos específicos são: identificar quantos efetivos trabalham nas ações administrativas, em cargos de chefia, nas ações ligadas diretamente aos públicos visitantes ou em outras funções.

Por se tratar de acessibilidade, devemos pensá-la integralmente, não só para as PcDs, mas também para todos os tipos de públicos. Portanto, o fato da Lei de Cotas estar integrada à LBI, o diagnóstico busca compreender, quais são os níveis de acessibilidade das instituições, e se existe a inclusão de pessoas LGBTQIA+, pessoas pretas ou pardas e indígenas, e por fim mensurar o tempo de permanência destas nos seus cargos de trabalho. Acrescento na pesquisa o grupo LGBTQIA+, pois apesar de não estarem contemplados nas diretrizes da Lei de Cotas pertencem à categoria direcionada às condutas das políticas e ações afirmativas de representatividade social.

As fontes avaliadas foram:

Museus Federais:

1. Museu Victor Meirelles - MVM
2. Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral - MARQUE.

Museus Estaduais:

⁹ Marco Antônio Gavério é Cientista Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela mesma universidade. Com ênfases na Sociologia e Antropologia e deficiência como fenômeno histórico, social, cultural e político.

¹⁰ Viviane Panelli Sarraf é Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, especialista em Museologia pelo Museu de Arqueologia da USP. Diretora técnica e fundadora da Museus Acessíveis, criadora e coordenadora da RINAM – Rede de Informação de Acessibilidade em Museus, Professora do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ.

1. Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC
2. Museu de Arte de Santa Catarina - MASC
3. Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina - MIS/SC
4. Museu da Escola Catarinense - MESC
5. Museu de Armas Major Lara Ribas.

Museus Municipais:

1. Museu do Presépio de Florianópolis - Bosque Vereador Pedro Medeiros
2. Museu do Lixo da COMCAP
3. Museu de Florianópolis.

A abordagem metodológica utilizada nesta monografia é a quantitativa e a pesquisa é fundamentada com base nos dados oficiais obtidos através de uma pesquisa exploratória nos registros do Cadastro Catarinense de Museus - CCM¹¹, publicado pelo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina - SEM/SC, bem como os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Museus em Números publicado pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

Por se tratar de um cadastro que permite a autodeclaração, algumas instituições de memória com registro no CCM foram excluídas desta pesquisa. A escolha foi necessária, pois para que uma instituição possa ser considerada um museu, esta deve estar de acordo com os padrões de regulamentação proposto pela museologia e pelo IBRAM.

A pesquisa foi viabilizada através do levantamento de dados nos *sites* das instituições, por contatos via e-mail e telefone e aplicação de um formulário. O formulário foi elaborado por meio da plataforma *Google Forms* e enviado por e-mail às entidades pesquisadas. Toda a pesquisa foi realizada de forma remota, em consequência a situação pandêmica de COVID-19.

O objetivo da análise dos *sites* foi o de identificar:

1. Se o site contém ferramentas para promoção da acessibilidade digital;
2. Quais são as ferramentas utilizadas;
3. Se o museu comunica sobre suas ações de acessibilidade;
4. Contradição ao comparar os conteúdos remotos e as respostas do formulário.

¹¹ O Cadastro Catarinense de Museus - CCM é um programa da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), coordenado pelo Sistema Estadual de Museus (SEM/SC), que atende ao eixo de Gestão do Plano Setorial de Museus. (FCC, 2016).

O objetivo do formulário foi o de identificar:

1. O número de PcDs e minorias que protagonizam ações no museu;
2. Quais são as áreas onde elas atuam;
3. O tempo de permanência no trabalho;
4. As práticas de acessibilidade promovidas nos museus;
5. Qual a percepção da equipe sobre acessibilidade;
6. Quais são as ferramentas utilizadas para a promoção da acessibilidade;
7. Quais são os níveis de acessibilidade.

O formulário foi elaborado com 31 perguntas, podendo ser perguntas fechadas, abertas e de múltipla escolha. Todas as questões foram direcionadas exclusivamente aos funcionários efetivos que fazem parte do corpo de trabalho do museu, não contemplando funcionários temporários ou terceirizados. Isso se deu pois de forma geral, o maior número de contratações de indivíduos que estão nesse tipo de regime contratual faz parte de grupos minoritários, a exemplo das equipes de manutenção e vigilância. Esse fator, se não destacado, poderia invalidar o objetivo e resultado da pesquisa. O formulário foi enviado para ser respondido de forma anônima.

O resultado desse trabalho possibilitará o registro de dados atualizados sobre o tema, com o propósito de encaminhar a novos desdobramentos de pesquisa dentro do campo da museologia e da acessibilidade, áreas consideravelmente recentes na história brasileira e de Florianópolis. Portanto, a pesquisa busca registrar e comunicar os dados coletados com a finalidade de gerar conteúdo para futuras análises que envolvam os temas: museus, acessibilidade e inclusão.

3. CAPÍTULO 01-BREVE PASSAGEM SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA DEFICIÊNCIA

As representações sobre a deficiência são importantes fontes de registro sobre como as pessoas, consideradas por alguns como socialmente diferentes, eram vistas desde a antiguidade. Essas representações estavam geralmente vinculadas a um caráter assistencialista e beneficente, porém, em alguns registros que remontam ao passado, antes de Cristo, referenciam que as

peessoas que nasciam com alguma deficiência eram sacrificadas, com a finalidade de se exterminar aquele “mal”. Esse mesmo, genocídio, pode ser observado em outros momentos da história, como na idade média, onde os indivíduos eram queimados em fogueiras por serem associados a representações profanas que estavam possuídas pelo demônio. Outra infeliz passagem remontam ao período nazista, onde a ideologia criada por Adolf Hitler, por meio do projeto Aktion T4¹², tratava PcDs como aberrações, as quais passavam por situações cruéis de extermínio. Segundo GURGEL, 2007:

Estima-se que 275 mil adultos e crianças com deficiência foram mortas nesse período e, outras 400 mil pessoas suspeitas de terem hereditariedade de cegueira, surdez e deficiência mental foram esterilizadas em nome da política da raça ariana pura (GURGEL, 2007).

Apesar das representações negativas sobre as pessoas com alguma deficiência em parte da história humana, também foram registradas em alguns tempos históricos, como no Egito antigo, a participação de forma relevante de pessoas com alguma deficiência na sociedade. As questões associadas ao cruzamento genético entre familiares próximos, situação comum na época, traziam consequências como malformações físicas, neuro-atipicidades e etc, resultado das anomalias genéticas diversas. Era comum encontrar pessoas cegas, com nanismo ou alguma situação que fugisse do padrão corpo normativo¹³ e por esse motivo não eram consideradas como incapazes, inclusive, segundo registros a população seguia códigos de conduta que indicavam a inclusão de PcDs, como no caso do documento nomeado “Instruções de Amenemope”¹⁴, um manuscrito que está sob a guarda do Museu Britânico. Tal documento, um papiro datado aproximadamente de 1300–1075 a.C., era composto por trinta capítulos e neles estavam registrados sugestões e regras para o bom convívio e tolerância, cito a passagem do capítulo 25, onde é sugerido respeito à PcD “Não zombe de um cego nem provoque um anão, nem interfere na condição de um aleijado;” (THE INSTRUCTIONS OF AMENEMOPE, [s.d]). Apesar das sugestões sacramentadas nas escrituras, o que, por vezes, não se leva em consideração é o fato de que essas foram demandadas com o propósito de proteção, sobretudo, da família imperial que por haver vínculos

¹²Aktion T4 é o nome usado para o programa eugenista da Alemanha Nazista que assassinava PcDs, considerada por eles como doentes incurpáveis. O programa aconteceu de forma oficial de 1939 a 1941, porém perdurou até 1945, considerado o fim do regime nazista.

¹³ Padrão Corpo normativo é um termo que se refere ao corpo físico ideal.

¹⁴ Amenemope foi o escriba do antigo Egito responsável pelas obras escritas solicitadas pelos reis: Horemebe, Ramsés I e Seti I.

consanguíneos, como o que acontecia com a população em geral, resultava em repetidos casos de nascimentos de PcDs. A dinâmica protecionista garantia, de alguma forma, o protagonismo das diversidades nas representações sociais tornando comum encontrar registros de imagens em documentos que mostram as PcDs protagonizando diferentes esferas sociais e inclusive no trabalho.

Acelerando a história, a partir do séc. XV ao séc. XVIII, com o surgimento do Iluminismo e do Renascimento, a crítica racional tomou força na sociedade que procurava refutar o pensamento dominante da época que justificava os acontecimentos pautados na fé e na religiosidade. Esse movimento modificou a forma como as diversas áreas do conhecimento passaram a evoluir os seus pensamentos. Infelizmente, para a PcD, essas descobertas faziam parte de experimentações científicas que exploravam o corpo humano. Para cercear as dúvidas sobre os corpos marcados pela diferença, lamentáveis práticas de violência, que trouxeram muito sofrimento para a PcD, abriram caminhos para novas descobertas. Com o acontecimento da Revolução Francesa, as mudanças sociais, pautadas no pensamento democrático e nos princípios iluministas sobre a cidadania, inspirou o aparecimento das primeiras referências que inovaram o campo da educação especial¹⁵. O médico Philippe Pinel¹⁶, pioneiro no tratamento de condições mentais e no uso das terapias ocupacionais, trazia novas formas de atuação, com o propósito de romper com os padrões de violência usados nos tratamentos dos pacientes, bem como o também, o médico e pedagogo Jean Marc Gaspard Itard¹⁷, que acreditava na educação como principal vetor de desenvolvimento da humanidade.

A revolução industrial trouxe novas maneiras de se pensar as salas de aulas e transformou os modelos educacionais na época, em ideias inspiradas no funcionamento das fábricas, ainda utilizado até os dias atuais nas escolas brasileiras. As PcDs também fizeram parte dessas mudanças com a perspectiva da integração, porém, com adaptações que não oportunizavam autonomia, ou seja, o aluno precisava se esforçar para se integrar aos ambientes da escola e o contrário não acontecia. A PcD ao mesmo tempo que ocupava o seu espaço, supostamente inclusivo, tinha a responsabilidade de lidar com as barreiras inerentes à época. O sistema

¹⁵ Educação especial é um modelo de ensino destinado a pessoas com alguma deficiência.

¹⁶ Philippe Pinel foi um médico Francês, pioneiro no tratamento de transtornos mentais no qual iniciou os estudos sobre a psiquiatria moderna (CAISM Philippe Pinel, 2003).

¹⁷ Jean Marc Gaspard Itard foi um médico e pedagogo, discípulo de Philippe Pinel, e que realizou trabalhos importantes focados na surdez a partir de 1789 quando iniciou seus estudos e práticas cirúrgicas na Instituição Imperial para Surdos-Mudos.

educacional “fordista”¹⁸ utilizado, implantava o ensino formatado para todas as pessoas, desconsiderando algumas necessidades individuais. Portanto, a partir disso, teve início a elaboração do sistema de classes especiais. Esse sistema, igualmente implantado no Brasil Imperial (1854), a partir do séc. XIX, com o surgimento do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, criado por José Álvares de Azevedo¹⁹, deu os primeiros passos para o pensamento da inclusão e do protagonismo de pessoas com deficiência no Brasil, considerado como o primeiro instituto da América do Sul focado na educação de PcD. Dois anos mais tarde, em 1856, à luz dos grandes institutos criados na Europa, surgiu o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Essas e outras instituições criadas no Brasil tinham o objetivo de atender as PcDs físicas, mentais e sensoriais, pois ainda não faziam parte das políticas educacionais da época, e que por esse motivo, o Estado retirava sua responsabilidade na execução dessas práticas institucionais, reforçando o caráter assistencialista e não o de direito. No ano de 1932 e 1954 surgiram as primeiras instituições voltadas para as pessoas com deficiência intelectual, a Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, respectivamente, onde as discussões sobre esse universo ganharam espaço para a implantação de novas dinâmicas de trabalho em todo o Brasil.

Nos anos 50, por conta do surto de poliomielite que acontecia no país, foram criados centros voltados para a reabilitação de pacientes. Por esse motivo as estratégias de tratamento passaram a ser pensadas para além dos consultórios clínicos e buscavam a reabilitação e reintegração de indivíduos na sociedade. Todavia a responsabilidade associada ao Estado era limitada fazendo com que seus utentes buscassem a reintegração, em sua maioria, por conta própria.

No século XX, após o período das guerras, os ex-combatentes que retornaram e que por algum motivo eram afetados fisicamente em consequência dos conflitos, não conseguiam se adaptar às suas realidades sociais. Por esse motivo, a partir disso, os considerados heróis de guerra, impulsionaram os primeiros movimentos reivindicando seus direitos. Este fato estimulou, que o governo estadunidense, direcionasse os seus experimentos em estratégias para desenvolver tecnologias assistivas e adaptações com o propósito de lhes proporcionar uma rotina comum aos

¹⁸ Fordismo ou taylorismo-fordismo refere-se aos sistemas de produção industrial em massa, idealizados em 1913 pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947).

¹⁹ José Álvares de Azevedo, homem cego, foi responsável por introduzir o ensino do Braille no Brasil e é considerado o patrono da educação de cegos no país.

outros cidadãos. Esse fato fez com que as tecnologias desenvolvidas em diversas áreas dos saberes, voltassem os seus olhares para as PcDs. Como foi o caso do arquiteto Ron Mace²⁰ que desenvolveu o conceito do desenho universal, o qual usava sete princípios comuns para alcançar, a partir do design e da arquitetura, um equilíbrio arquitetônico nos espaços físicos.

Em 1948 com o reconhecimento internacional e assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos os primeiros movimentos em direção a equidade de direitos das PcDs e pessoas com os corpos marcados pela diferença teve início. Apesar desse fato, os exemplos encontrados na história ainda eram de práticas de violência, tortura médica e segregação por parte das entidades responsáveis pela sociedade, bem como das pessoas, que em seus atos de boa-fé, praticavam discriminações disfarçadas de benfeitorias. No Brasil, no final da década de 70, surgiram os primeiros movimentos em luta por diversas questões sociais, como o movimento pelos direitos das mulheres, dos direitos raciais e em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Esse fato movimentou um capítulo importante na história política transitória do país. Cândido Pinto de Melo²¹, foi um ativista e defensor das liberdades coletivas e foi um dos importantes fundadores da luta pelos direitos da PcD, após ter seu corpo marcado pela violência ditatorial, no qual o deixou paraplégico. Foi um dos fundadores do Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência - MDPD (1979), esse feito fez com que as PcDs assumissem os seus espaços de fala e iniciassem a sua luta em prol das suas reivindicações, deixando de ser pessoas invisíveis para a sociedade, discutindo propostas de intervenções sociais em relação a sociedade paternalista e da ideologia assistencialista, infelizmente vivenciada até hoje. Por conta disso, até aquele momento, a falta de conhecimento por parte de todos fazia com que a PcD fosse mantida na invisibilidade, convivendo somente dentro de instituições ou “guardadas” nos seus próprios lares. Os direitos ao trabalho, ao acesso e à equidade eram umas das pautas sugeridas nas reivindicações por cidadania. “Nada sobre nós, sem nós” que surgiu no Brasil em 1981 coroando o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, destacando as diferenças entre as instituições que eram pensadas “PARA” as PcDs das que eram feitas “POR” PcDs. O tema emergiu, pois, nenhuma decisão sobre as políticas acerca da PcD deveria ser elaborada sem a participação plena destas.

²⁰ Ronald Lawrence Mace era um arquiteto estadunidense (1941- 1998), designer de produtos, educador e consultor. Ficou conhecido por criar o termo design universal e pelo trabalho em defesa das pessoas com deficiência.

²¹ Cândido Pinto de Melo foi presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE de Pernambuco e fundador da Associação de Bioengenharia Brasileira.

A busca pela equidade de direitos levou ao I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes²², que aconteceu na cidade de Brasília (1980), o resultado disso foi a união de movimentos que até então não sabiam a dimensão das suas forças políticas. Nesse mesmo ano, por recomendação da Organização das Nações Unidas - ONU, o Brasil criou a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes²³, antecedendo o que em 1981, seria o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência²⁴, cujo lema foi “Participação Plena e Igualdade”, incluindo o tema nas principais pautas políticas do mundo. Felizmente, após o relevante encontro de Brasília, a comissão, que não possuía representantes com alguma deficiência, foi denunciada, para então, um representante ser incluído. O importante marco conquistado em 1981 fez com que, pela primeira vez, na história do Brasil, as pessoas percebessem as PcDs como cidadãos, com igualdade nos seus direitos constitucionais. No mesmo ano, em Recife - PE, aconteceu o II Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes e o I Congresso Brasileiro de Deficientes iniciando os primeiros debates sobre as dinâmicas necessárias para que houvesse o protagonismo das PcDs. O encontro nacional se repetiu em 1983, porém, as pautas trazidas não evoluíram nas discussões. Em meio as ausências das políticas públicas e o excesso de demandas, aconteceram disputas entre os pares, os quais, por um tempo, se desorganizaram em relação aos seus objetivos comuns, finalizando a coalizão que acontecia dentro do movimento. A partir desse momento, surgiram as federações e organizações voltadas para causas específicas em relação às deficiências. Nesse momento, no Brasil, houve uma explosão no número de grupos e associações que representavam diferentes tipos de deficiência, reflexo do trabalho coletivo, que havia projetado para a PcD os seus lugares na sociedade. O resultado disso foi a plena participação nas propostas que envolviam a construção da Constituição Federal (1986-87), onde conquistaram a inclusão de direitos em todos os capítulos propostos para as leis. Anos mais tarde, após a criação de diferentes departamentos governamentais com o propósito de representar a PcD, destaco aqui a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - Conade (1999), órgão responsável por instituir a Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência.

²² Pessoas Deficientes é um termo utilizado por alguns grupos identitários, porém, para outros grupos este se tornou um termo desatualizado e que por vezes é associado a situações com preconceito. Portanto, sugere-se também o uso da expressão Pessoa com Deficiência.

²³ Ainda que o termo utilizado atualmente seja Pessoa com Deficiência, a palavra Deficiente, neste contexto, concerne a uma referência temporal.

²⁴O termo Pessoa Deficiente é usado aqui por se tratar do nome da convenção.

É o órgão superior de deliberação colegiada, criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidos a esse grupo social (CONADE,2018)

Em 2010, o Conade foi ratificado, por recomendação da ONU, e seu nome foi alterado para Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, extinguindo o termo capacitista “portadora” e destacando a palavra “pessoa”. Essa breve alteração teve um impacto importante quando compreendemos a importância do respeito às individualidades, pois os indivíduos não portam uma deficiência, mas por algum motivo, as tem. O Conade, órgão responsável por acompanhar as políticas nacionais para o desenvolvimento da PcD, foi criado para a garantia da participação das PcDs e seus familiares na avaliação e no desenvolvimento das políticas públicas inclusivas. No seu Art. 1º inciso XI, cita a função por parte órgão a fim servir como apoio a denúncia relacionadas às violações de direitos:

Atuar como instância de apoio, em todo território nacional, nos casos de requerimentos, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência, assegurados na Constituição Federal, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e demais legislações aplicáveis (CONADE, 2010).

No século XXI, o modelo da inclusão, subverte o modelo da integração experimentado nos anos anteriores, onde o indivíduo tinha a obrigação de se reintegrar à sociedade. Esse novo formato tinha o propósito de incluir, de diferentes maneiras, qualquer indivíduo, de maneira que ele não precisasse expor continuamente as suas particularidades, tornando os ambientes apropriados para todos os tipos de pessoas. Nesse momento, o modelo médico, que era pautado na recuperação de pacientes, transitava para o Modelo Social da Deficiência, fundado por Colin Barnes²⁵ - *Social Model of Disability*²⁶, base da criação da convenção da ONU que tinha o ideal de tornar a PcD protagonista das suas ações e garantir a autonomia plena dos seus direitos. Portanto, a inclusão não deve ser entendida como imposição, mas sim como a liberdade e o direito de transitar em sociedade, conforme proposto em constituição.

²⁵ Colin Barnes é sociólogo fundador do modelo social da deficiência, tem autoridade teórica e existencial no campo por ser uma pessoa que faz uso de cadeira de rodas.

²⁶ Social Model of Disability traduzido livremente para a língua portuguesa significa deficiência como uma construção social.

Em 2002, a Língua Brasileira de Sinais - Libras, foi reconhecida como língua oficial brasileira, uma conquista por parte da comunidade surda a qual, no passado, não conseguiam acompanhar discussões e decisões sobre os seus direitos, o que hoje é garantido por lei, a participação de intérpretes de libras. Esse fato garantiu que a constituição fosse cumprida trazendo um enorme avanço para a inclusão da comunidade surda.

A partir do Lema “Nada sobre Nós, Sem Nós”, surgiram outras iniciativas internacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para todos, elaborada em Jomtien²⁷ (1990). Essa declaração tem como proposta assegurar o direito à educação para todos, como cita a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que estabelece, em seu Artigo 26: “Toda pessoa tem direito à educação”(ARANTES, 1999. p.15), a Declaração de Salamanca (1994) que impulsionava os primeiros passos para a educação inclusiva²⁸, a Declaração de Montreal (2001), a Declaração de Madri (2002), direcionada à Europa, trouxe orientações referentes à consolidação das leis sobre acessibilidade reforçando os direitos ao acesso de todos aos locais públicos compartilhados, bem como a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (2006), promulgada no Brasil à Emenda Constitucional no ano de 2009, inspirando a criação da Lei Brasileira de Inclusão - LBI, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei nº 13.146 de 2015.

Por fim, referencio o modelo mais atual, o Biopsicossocial da Deficiência que é considerado como um modelo internacional, e que tem como foco avaliar os impedimentos de natureza física, mental, intelectual e sensorial, para compreender os verdadeiros impedimentos associados aos ambientes de convívio e laboral da PcD. O modelo, criado a partir do Decreto nº 10.415, de 6 de julho de 2020, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência e traz uma nova leitura sobre os fatores, que por diversos motivos, criam barreiras para a participação efetiva, com igualdade de oportunidades, valorizando as diversidades associadas a PcD. Em seu art.1º, parágrafo único cita: “O Grupo de Trabalho Interinstitucional utilizará o Índice de Funcionalidade Brasileiro modificado como instrumento-base para a elaboração do modelo único de avaliação biopsicossocial da deficiência”. Porém, apesar de instituído, o grupo de trabalho foi extinto por

²⁷ Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990

²⁸A educação inclusiva também tem encaminhamentos na constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996.

meio do Decreto nº 10.611, de 29 de janeiro de 2021, assinado pelos representantes do Ministério da Família, da Mulher e Direitos Humanos, Damares Regina Alves e seu presidente Jair Messias Bolsonaro, o qual declararam o seu caráter temporário, com duração até o dia 30 de setembro de 2021. Outro infeliz acontecimento foi a suspensão do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Conade por meio do Decreto 10.177, de 16 de dezembro de 2019, prejudicando milhões de pessoas e marcando um enorme retrocesso nas conquistas para articulação de novas políticas públicas no país e nos seus direitos associados.

Embora muitos fatos sobre a história das PcDs e das suas conquistas sociais tenha ficado de fora desse trabalho monográfico, é necessário ressaltar que um conjunto de acontecimentos trouxe avanços - e alguns retrocessos - marcando mudanças na compreensão social sobre a cultura da deficiência no Brasil e do mundo, encorajando as PcDs e minorias para uma longa caminhada em direção à equiparação de oportunidades.

3.1 CAPACITISMO

Quando pensamos nas barreiras que a sociedade impõe em relação à PcD, via de regra, nossos pensamentos são direcionados aos obstáculos arquitetônicos, afinal o conceito comum de barreiras, geralmente está vinculado à mobilidade, dentro e fora dos espaços de convívio. Portanto, pode-se pensar que algumas barreiras estão relacionadas às estruturas dos ambientes, que por diferentes razões, frequentemente não oferecem recursos suficientes para que a PcD possa circular com liberdade e, por consequência, exercer os seus direitos de maneira autônoma. Portanto, conforme descrito no artigo 3º da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, a definição sobre acessibilidade é:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

O inciso IV, do artigo 3 da LBI, define barreira como:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à

acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015).

Portanto, as barreiras previstas em lei são as urbanísticas e arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, as tecnológicas e as atitudinais e para que essas sejam rompidas se faz necessário a elaboração de níveis de acessibilidade²⁹, fazendo com que essa dinâmica aproxime as PcDs das diferentes informações oferecidas ou se sinta acolhida em situações onde as barreiras são detectadas.

Para ilustrar essas dinâmicas demonstro no capítulo 3 exemplos associados a minha primeira formação profissional, a comunicação, como o exemplo do uso do texto alternativo³⁰, texto ampliado ou áudio descrição nas publicações de texto e audiovisuais. Esses exemplos são boas práticas de acessibilidade que incentivam a criação de níveis e oferecem às pessoas com alguma deficiência o acesso às imagens. Diferentes estratégias, das mais simples às mais elaboradas, podem representar o acolhimento igualitário para todos os tipos de públicos, trabalhadores ou visitantes.

Ao avaliar pelo aspecto do preconceito, as barreiras atitudinais são as que impedem a inclusão. Ao contrário, a acessibilidade permite que todos possam usufruir de diferentes tipos de serviços, informações e produtos, com segurança e autonomia. Portanto, as barreiras atitudinais se definem pela LBI como: “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Na seção III, Art. 37 que discorre sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho, o ponto IV descreve sobre a obrigatoriedade da constante formação por parte dos empregadores, para que não existam barreiras atitudinais: “oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais”. Porém, uma das maneiras de traduzir o que são essas barreiras atitudinais, é compreendendo o que é o capacitismo. Segundo o autor Victor Di Marco capacitismo é:

²⁹ Níveis de acessibilidade são ações de boas práticas com a finalidade de alcançar, pouco a pouco, diferentes tipos de públicos.

³⁰ Texto alternativo - alt tags - descrição alt é um recurso utilizado na programação de sites de internet que “substitui” a imagem, caso ela não consiga carregar no site. Essa estratégia é utilizada para o monitoramento de fluxo de acessos, mas funciona como recurso fundamental para a população de pessoas com alguma deficiência visual ou cegas. O texto alternativo faz com que os programas leitores de tela consigam descrever com mais precisão as imagens, que por diferentes razões, não possam ser visualizadas pelo usuário de internet.

A opressão e o preconceito contra pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o tecido de conceitos que envolve todos que compõem o corpo social. Ele parte da premissa da capacidade, da sujeição dos corpos deficientes em razão dos sem deficiência. Acredita que a corporalidade tange à normalidade, a métrica, já o capacitismo não aceita um corpo que produza algo fora do momento ou que não produza o que acreditam como valor. Ele nega a pluralidade de gestos e de não gestos, sufoca o desejo, mata a vontade e retira, assim, a autonomia dos sujeitos que são lidos como deficientes (MARCO, 2020. p.18.).

A partir disso, se pode perceber que parte das pessoas com deficiência ainda não são vistas com igualdade. Esse fato está atrelado aos padrões corporais estabelecidos hegemonicamente, onde corpos são comparados a partir das suas capacidades, relativizando o seu potencial humano e suas diversidades. Os padrões estabelecidos para os corpos “perfeitos” acontecem desde o período gestacional, onde o ponto de vista biológico, por vezes, é o que mais importa e saber se o recém-nascido é perfeito cunha um ideal pré estabelecido socialmente pela corpo-normatividade. Esse se torna o primeiro questionamento e primeiro veredito, embebido no capacitismo social, que é oferecido às famílias após um nascimento da “benção ou do fardo” (MARCO, 2020. p.21). O conceito de perfeição, pautado em corpos anatomicamente íntegros, contribui com o preconceito atrelado às deficiências. Afinal, não é a natureza que oprime, mas a cultura da normalidade, que descreve alguns corpos como indesejáveis. (DINIZ, BARBOSA, SANTOS, 2009). De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU às pessoas com deficiência são:

[...] aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial permanentes, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em bases iguais com as demais pessoas (BRASIL, 2007).

Portanto, as deficiências, existem por conta das insuficiências no mundo. Se existem barreiras, é consequência das ausências. Logo, as barreiras atitudinais, limitam o rompimento de todas as outras barreiras em direção à inclusão.

Pelo ponto de vista do modelo social da deficiência, o capacitismo faz com que os indivíduos considerem a deficiência, antes da pessoa, atrelando a ela somente a suas “incapacidades” e excluindo suas individualidades, suas diversidades ou outras características. As representações sobre as deficiências são geralmente associadas a situações menos positivas, pois existe “o imaginário de que pessoas com deficiência são originadas a partir de um erro ou um acidente” (MARCO, 2020, p.19). Essa questão reforça o olhar assistencialista e de inferioridade

das PcDs, tornando a deficiência uma desvantagem social a qual agrega diversas consequências aos indivíduos com ou sem deficiência. Portanto, o capacitismo acontece quando as estruturas sociais impedem que a PcD tenha acesso aos seus direitos, e por conta disso, o limita ao meio.

Segundo a autora Anahí Guedes de Mello o capacitismo é uma forma de violência praticada com a PcD, pois ao comparar seus corpos pautados em um ideal pré-concebido socialmente, os consideram incapazes. Isso aproxima a PcD a outros grupos sociais também discriminados, como podemos observar:

Capacitismo é a discriminação ou violências praticadas contra as pessoas com deficiência. É a atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo, discriminam-se pessoas com deficiência. Trata-se de uma categoria que define a forma como pessoas com deficiência são tratadas como incapazes (incapazes de trabalhar, de frequentar uma escola de ensino regular, de cursar uma universidade, de amar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia (MELLO, 2016).

Portanto o capacitismo é entendido, por parte dos grupos identitários, como o ato da prática do preconceito, e refuta o ato de tornar alguém um exemplo de inspiração, por conta das suas demandas individuais, associadas à PcD atribuindo um peso social desnecessário, portanto, expressões capacitistas disfarçadas de elogios, geralmente reforçam ainda mais o caráter assistencialista observado na história das PcDs e faz com que o indivíduo se sinta como seres excepcionais. O entendimento sobre a palavra capacitismo, por se tratar de um conceito recente, ainda não é unânime dentro dos grupos identitários, porém em alguns grupos é aceito como referência ao preconceito.

Portanto o modelo social da deficiência³¹, em contraponto ao modelo médico, ofereceu diferentes compreensões sobre o tema capacitismo, deixando de lado o estigma de inferioridade atribuído aos corpos que estão fora do padrão:

O que se chama de concepção capacitista está intimamente ligada à corponormatividade que considera determinados corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões corporais/funcionais hegemônicos (MELLO, 2016).

Desse modo, equipamentos culturais e outras instituições que não acolhem as definições propostas na constituição e não promovem o diálogo sobre o tema, a fim de aproximar PcDs,

³¹ Modelo social da deficiência é um movimento teórico e político de crítica ao modelo biomédico (DINIZ, 2007)

tornam-se instituições capacitistas, pois usualmente associam estas a práticas de benfeitorias e não a de cidadania.

3.2 PcD E MERCADO DE TRABALHO

O capacitismo atrelado ao mercado de trabalho, como cita Mello (2016), acaba por fortalecer o pensamento de incapacidade em desenvolver funções da mesma forma que colegas sem deficiência. A não contratação está habitualmente atrelada ao pensamento de que o trabalhador não será suficiente para exercer algumas funções ou associada ao dispêndio que este, possivelmente, pode acrescentar àquela instituição.

Um dos grandes desafios associado à contratação de PcDs, parte da necessidade de se promover formações a profissionais que, de alguma maneira, irão interagir como seus pares. Via de regra, as empresas e instituições não reservam parte do seu orçamento pensando nessa questão, afinal contratar uma PcD, geralmente, está relacionado ao cumprimento da lei de cotas. Porém, o preenchimento dessas vagas ofertadas, frequentemente ocorre sem as adequações necessárias para que haja o cumprimento de leis e que promovam o bem estar do profissional. Por esse motivo, a PcD assume vagas que não correspondem à formação e capacitação individual, fazendo que essas sejam ocupadas, usualmente, por PcDs que não somariam gastos financeiros para adequações arquitetônicas, tecnológicas entre outras. Via de regra, as entidades optam por oferecer funções que não correspondem às áreas de formação desses profissionais e/ou contratam indivíduos com deficiências não aparentes e/ou com baixas limitações.

Além de fomentar a inclusão, na prática, a inserção de PcDs no mercado de trabalho abre portas para a independência financeira, visto que alguns benefícios sociais são negados a uma parcela significativa da população, pois parte desse grupo não tem acesso a todas as oportunidades no mercado laboral. O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê as adequações legais sobre a admissão de PcDs, com as adequações possíveis para cada tipo de necessidade, porém essas geralmente são negligenciadas.

No capítulo 3 da lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, no seu art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado assegurar o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Em 1990 o Brasil subscreveu a resolução da ONU a qual trata dos

direitos das minorias à escolarização através da Declaração de Salamanca. Mesmo com as garantias legais, em pesquisa realizada pelo PNS (2019) para o IBGE (2019), exibem números que demonstram que a PcD não possui grau de instrução adequado em comparação às PsD. Segundo o estudo divulgado em 2021, aproximadamente 68% das PcDs não possuíam instrução alguma ou tinham apenas o ensino fundamental incompleto (ESTADÃO DE MINAS, 2021). A pesquisa mostra que no caso de PsD o número é de 30%, ou seja, menos da metade da população. No ensino médio completo ou superior incompleto, os números também mostram o déficit educacional, com 16,6% da população com deficiência e 37,2% das PsD. Esses números, infelizmente, dialogam com a nova Política Nacional de Educação Especial - PNEE, que institui a partir de um Decreto Presidencial (2020) o retorno das classes especiais. Para alguns esse fato marca um retrocesso de 60 anos no desenvolvimento de políticas sociais dentro da luta dos grupos de PcDs. No Brasil, a partir dos anos 70 a educação especial passou a ser debatida com o apoio de órgão normativos do Estado, esse fato impulsionou as discussões sobre as classes especiais. O modelo educacional de classes especiais, ainda operante, concomitante ao modelo de Educação Inclusiva possibilitou a integração de indivíduos ao meio, acentuando a possibilidade de convívio com qualidade em sociedade. O impacto disso na prática profissional das PcDs é significativo, pois a qualificação na educação potencializa as possibilidades da escolha de um caminho profissional mais oportuno.

O artigo 5 da constituição cita que todos somos iguais perante as leis. Portanto, fica evidente que o não cumprimento das leis, agrava significativamente as lacunas sociais desde a primeira idade de uma PcD. A LBI, no art. 8º, garante o direito ao trabalho para as PcDs e desde 1991 a lei 8.213, Lei das Cotas, determina no Art. 93 a reserva de vagas para a contratação de PcDs nos espaços laborais.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV -de 1.001 em diante.....	5%”

(BRASIL, 1991).

Outro ponto da lei, no decreto 3.298/99 alusivo à jornada de trabalho, indica que os ambientes devem ser adaptados de acordo com o grau de deficiência da pessoa contratada.

Um artigo produzido pelos autores Isabel Cristina Hammes e Adriano Henrique Nuernberg, traça um panorama sobre o cenário local (Florianópolis), que evidencia as principais dificuldades para a contratação de PcDs na cidade, destacando as barreiras atitudinais, o preconceito e a falta de fiscalização como principais fatores para que isso aconteça (HAMMES & NUERNBERG, 2015).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu capítulo VI, seção I, art. 34, aponta diretrizes sobre o direito ao trabalho da PcD e descreve que:

A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. O mesmo art.34 no seu inciso primeiro descreve que “As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos” (BRASIL, 2015).

Em Santa Catarina, após uma fiscalização realizada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/SC, mostrou que apenas 0,7% dos contratados eram PcD (SINE, 2010). Esse dado demonstra que a falta de fiscalização contribui para o descumprimento das leis. Após esse evento, o SINE da grande Florianópolis recebeu 500 vagas cadastradas no sistema voltadas ao público com alguma deficiência. Os números atuais das ofertas de emprego no SINE são de 9.138 vagas, sendo que 107 vagas são para PcDs, demonstrando que o número total não atinge o valor de 1% das vagas cadastradas para todo o Estado de SC. O PNS (2019) mostrou que o Sul do Brasil está em 3º lugar no volume de PcD, com 8% da população:

Por região, o maior percentual de pessoas com deficiência foi encontrado no Nordeste (9,9%), seguido do Sudeste (8,1%), Sul (8%), Norte (7,7%) e Centro-Oeste (7,1%). De acordo com o IBGE, todos os estados da Região Nordeste tiveram percentuais acima da média nacional, com destaque para Sergipe (12,3%) (GANDRA, 2021).

Os dados sobre o volume de contratações ainda é baixo, consequência do preconceito, da falta de fiscalização, das barreiras para o acesso aos direitos sociais, da ausência de oportunidades e formação contínua e etc. Outra questão importante sobre o tema nos faz refletir sobre as dinâmicas para manutenção dos cargos de trabalho. Os dados relatam o aumento na oferta de oportunidade, porém estas devem ser pensadas pelo ponto de vista do tempo de permanência desses trabalhadores. O Estatuto da Pessoa com Deficiência trás no Capítulo VI, Art.34, inciso terceiro, diretrizes que protegem o trabalhador sobre restrições que possam promover limitações em relação a sua permanência:

É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena (BRASIL, 2015).

Embora existam articulações para efetivar a presença de PcDs nos ambientes laborais, o conhecimento sobre as diferenças, a empatia e o cumprimento das leis devem seguir juntas como pilares fundamentais para a garantia de equidade. As questões que passam pela permanência da PcD devem seguir parâmetros igualitários, com fiscalização efetiva e cumprimento do que se propõem nas leis Federais, Estaduais e Municipais.

4. CAPÍTULO 02 - MUSEOLOGIA E ACESSIBILIDADE

As pesquisas sobre o tema, dentro do universo dos museus e acessibilidade, trazem diferentes iniciativas elaboradas por meio dos núcleos educativos. Esses núcleos, considerados por alguns profissionais como núcleos educativos “especiais”, elaboram dinâmicas voltadas para o acolhimento de públicos com alguma deficiência e trabalham a partir da adequação - arquitetônica e comunicacional - geralmente em dinâmicas pré existentes nos museus. As iniciativas desenvolvidas, embora importantes, deixam a sensação de que foram realizadas a partir da adaptação do discurso pronto e, por vezes, evidenciam que estas não foram pensadas, desde o início, com o foco na transmissão da informação para PcDs. Segundo os autores Anahí Guedes de Mello e Marco Antônio Gavério:

Compreendemos a acessibilidade como um conjunto de recursos técnicos de transmissão de informação e de comunicação alternativa na produção e recepção de práticas e representações culturais. Nesse sentido, a cultura do acesso seria uma forma de ampliar a adaptação de conteúdos culturais para determinadas pessoas, nesse caso, as pessoas com deficiência (MELLO & GAVÉRIO, 2021).

Nas equipes dos educativos, quando o museu o tem, o tópico acessibilidade é prioritariamente pensado pelo ponto de vista do receptivo dos visitantes. Em grande maioria a equipe dos museus não percebe, pelo ponto de vista da acessibilidade cultural, os desdobramentos

possíveis a partir da inclusão de profissionais com alguma deficiência na elaboração das ações museológicas. Para tal, é necessária a compreensão sobre o que incorpora a acessibilidade cultural que, segundo Mello e Gavério, vai além do uso de recursos assistivos:

A cultura do acesso ou a acessibilidade cultural que visa amplificar a própria noção de acessibilidade para dimensões que não se restrinjam a recursos assistivos ou de ajudas técnicas para as pessoas com deficiência. Nesse contexto, a noção de acessibilidade cultural ganha um escopo mais amplo, ao se referir à própria possibilidade de modular relações entre indivíduos e coletividades a partir de formas ampliadas de comunicação e informação (MELLO & GAVÉRIO, 2021).

Portanto, o resultado da incorporação da cultura de acesso na instituição, resulta em uma nova forma de se relacionar com as exposições, os acervos e as equipes, possibilitando diferentes entendimentos, tanto por parte dos públicos com alguma deficiência, quanto para as minorias, bem como para as pessoas sem deficiência. Materializar a cultura de acesso nas práticas das equipes dos museus favorece a se pensar, de forma permanente, em acessibilidade.

Tomando como ponto de partida o pensamento de Mello e Gavério (2021), quando nos voltamos para a participação de profissionais com alguma deficiência ou que faça parte de algum grupo minoritário, essa relações individuais e coletivas, no momento da sua participação, viabiliza que eles se enxerguem nos visitantes que por lá passam, nos acervos que estão sendo expostos ou em reserva técnica, bem como nas possíveis dinâmicas oferecidas pela instituição, que se deslocam do discurso adaptado para pensar em relações possíveis, a partir do desenvolvimento de uma nova maneira de se interagir nos espaços. O papel do museu, por essa perspectiva, não se restringe somente ao que se registra nas publicações, onde nos deparamos, sobretudo, com informações a partir de normativas técnicas que destacam prioritariamente regulamentos sobre acessibilidade arquitetônica, o famoso “rampa e corrimão” ou como o uso de ferramentas básicas voltadas para a acessibilidade comunicacional, a exemplo do braille, legendas e a audiodescrição³². As questões que dialogam sobre a acessibilidade atitudinal e as representatividades dentro dos espaços culturais, pelo ponto de vista laboral, ainda são escassas e são poucas as referências que trazem registros sobre o tema nos museus.

³² Audiodescrição é um recurso que traduz conteúdos audiovisuais em palavras

A importância de tornar acessíveis os espaços culturais com a finalidade de promover a inclusão de públicos diversos, com autonomia e segurança, sempre foram questões na qual me trouxeram inquietação e me atravessaram durante a minha trajetória acadêmica. Na área da comunicação, assim como na área da museologia, existe uma supervalorização do sentido da visão, como referenciado no livro “Acessibilidade em Espaços culturais” de autoria de Viviane Panelli Sarraf (2015) onde destaca o caráter de dominação cultural e detenção do poder através desse sentido. Historicamente articulamos as maneiras como iremos expor conteúdos diversos a partir, primeiramente, da comunicação visual. Segundo Sarraf (2015), “diversas teorias religiosas, sociais e políticas foram construídas considerando a visão o sentido mais apropriado para o conhecimento”. Isso evidencia parte dos motivos pelos quais socialmente priorizamos alguns sentidos em detrimento dos outros, articulando práticas excludentes e minimizando a potência das possibilidades de nos comunicarmos a partir dos outros sentidos humanos pois via de regra “a identidade coletiva não é construída pelas pessoas com deficiência. É definida pelo coletivo social baseando-se nos aspectos negativos da diferença” (SARRAF, 2019). A compreensão sobre esse fato me aproximou de outras questões maiores que se desdobraram para o entendimento sobre as ineficiências no âmbito da acessibilidade cultural. Ao refletir sobre os direitos à fruição, de forma autônoma, pela PcD dentro dos equipamentos culturais me deparei com lacunas sobre as questões que discutem a autonomia e representatividade do profissional com alguma deficiência. Ao ler a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus (BRASIL, 2009), verifiquei a existência de artigos que mostram que a acessibilidade para todos os tipos de públicos é uma regra estabelecida, porém negligenciada, como evidencia a Subseção III, que estabelece parâmetros para a Difusão Cultural e o Acesso aos Museus no Art. 35 “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos” ou a Seção III, que estabelece regras para o Plano Museológico no item k, o qual pontua sobre a acessibilidade a todas as pessoas, incluído pela Lei nº 13.146, de 2015. A partir disso, questiono a existência da acessibilidade universal, pois geralmente, por conta da diversidade humana e dos diferentes tipos de deficiência, novos desafios para a inclusão irão surgir, porém ao questionar algumas entidades sobre as iniciativas existentes dentro dos museus da cidade, deparei-me com uma realidade insuficiente e muito aquém ao que se encontra dentro das regulamentações previstas no art. 1º da lei 13.146, Lei Brasileira de Inclusão – LBI, que tem como objetivo “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com

deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. A Política Nacional de Museus - PNM instituída pela Lei 12.343, de 02 de dezembro de 2010, regulamenta políticas públicas voltadas para a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira na qual estabelece no seu eixo programático a democratização ao acesso à bens culturais, formação e capacitação de recursos humanos, bem como o financiamento e fomento aos museus. O Plano Nacional Setorial de Museus (2010-2020), que integra o PNM, também estabelece políticas públicas nos seus cinco eixos estruturantes que pontuam ações que envolvem a acessibilidade. Porém, mesmo com os avanços em relação à legislação e aos direitos conquistados pelas PcDs, a garantia dos direitos fundamentais estabelece parâmetros e regras para as condutas sociais, boa parte dos cidadãos, do mesmo modo ao Estado, passam a ser igualmente negligentes, dentro e fora das paredes de um museu - como se observa no resultado desta pesquisa no terceiro capítulo.

4.1 PROCESSOS MUSEOLÓGICOS ACESSÍVEIS

O processo museológico oferece a uma instituição, a partir do seu exercício, a possibilidade para se repensar sobre as suas práticas e a forma como se realiza a sua comunicação sobre o seu acervo. A forma como se comunica sobre as suas coleções a todos os tipos de públicos visitantes, mostra como é pensado, pela equipe do museu, as relações humanas a partir da construção das subjetividades das suas narrativas. São processos longos, que permitem ponderar sobre questões que envolvem o uso, a pesquisa e a salvaguarda dos seus acervos. Mas como podemos transmitir informação sobre o acervo quando se propõe elaborar uma comunicação acessível? Para se pensar nesses processos, por esse prisma, se faz necessário a compreensão sobre a necessidade de se democratizar o acesso às instituições. É importante ponderar sobre os processos democráticos, ou seja, os que dinamizam a comunicação com o propósito de torná-la possível. Essa questão, via de regra, deveria partir do ponto da elaboração de atividades avaliadas e projetadas por meio da participação efetiva de PcDs e de minorias, a fim de que se elabore uma comunicação possível. Portanto, os processos museológicos, construídos a partir de uma nova prática museológica, devem ser elaborados de forma integral, ou seja, pelo ponto de vista da comunicação, do educativo, mas também da gestão, da documentação, da expografia, da conservação e etc. Construir uma nova prática, com a participação operante de diferentes atores sociais, a fim de criar vínculos em processos que sejam DE PcDs e minorias,

PARA todas as diversidades culturais, que não se sintam representadas, e que por vezes são excluídas nas representações dos museus.

Para Mário Chagas:

A museologia compreendida como disciplina que trata de estudar a relação entre o homem e o bem cultural num determinado espaço (cenário) representacional tem na comunicação a sua âncora e seu êmulo. É a comunicação, desenvolvida a partir da relação apontada, que confere sentido ao documento (CHAGAS, 1998. p.180).

Portanto, para Chagas, o processo de comunicação é base necessária para produção do conhecimento a partir do bem cultural (CHAGAS, 1998. p.181). Segundo a autora Maria Célia Teixeira Moura Santos o processo museológico atua como um processo que está impregnado, marcado, pelos resultados da própria ação, imerso na realidade concreta, cultural, na qual estão inseridos os sujeitos sociais; (TEIXEIRA; SANTOS, [s.d.]). Portanto, processos museológicos acessíveis são estratégias, regularmente, direcionadas à formação de novos públicos visitantes por meio de ações focadas na inclusão de públicos diversos nos espaços culturais. O exemplo do uso de recursos de comunicação como o audioguia, a legenda em braille e outros recursos sensoriais, como os mapas táteis, piso podotátil, uso de aromas e texturas e réplicas de obras, marcam o avanço nas dinâmicas presentes nesses espaços, e aproxima, por meio dessas ferramentas, públicos com alguma deficiência visual, motora, auditiva ou com alguma neuro atipicidade, entre outros. Por esse motivo, o processo museológico irá influenciar diretamente nos objetivos definidos pela instituição a fim de promover uma ponte entre o museu e os seus visitantes. Segundo Maria Célia Teixeira Moura Santos (1996) o processo museológico foi concebido conforme uma ação de comunicação, tornando possível assim, expressar e transformar a realidade, portanto, entende-se que a comunicação faz parte dos processos museológicos. Porém os recursos encontrados para a elaboração dessas ações são encontrados somente em alguns museus, via de regra em grandes capitais do Brasil. Por esse motivo, é notório que a falta de aporte financeiro e de formação contínua, para os demais museus brasileiros, que sobrevivem com baixo ou nenhum orçamento, são pontos importantes que impedem a introdução e continuidade dessas ações. Porém, os processos museológicos acessíveis, que incorporam as demandas atitudinais, base para o rompimento das demais barreiras ligadas ao preconceito e desconhecimento, podem ser executados a partir de exemplos e ações simples, e com baixo custo

orçamental. Para tal, trago alguns exemplos, produzidos com baixo e com alto orçamento, que de alguma forma ilustram que a acessibilidade atitudinal é fundamental para o desenvolvimento de todas as outras. Embora muitas das ações observadas aqui envolvam recursos focados sobretudo dentro do escopo da comunicação, por vezes essas podem ser interpretadas como adaptações às ações que já existiam nas instituições, deixando de serem elaboradas desde o início com a finalidade de promover uma nova experimentação sobre o que se está expondo, porém por conta da escassez de iniciativas acessíveis, por agora, essas podem ser entendidas como um início, importante, e exemplo a ser replicado em outros museus.

Os Museus de Arte Moderna - MAM da cidade de São Paulo (Figura 1) e o de Arqueologia e Etnologia - MARquE, da UFSC na cidade de Florianópolis, usam uma simples dinâmica a partir da sinalética escolhida para as portas dos seus banheiros.

Figura 1. Porta do banheiro feminino do MAM - SP, 2019. Descrição da imagem: fotografia da porta do banheiro do museu, na cor vermelha, com a imagem em tamanho real de um ícone sugerindo ser uma boneca, na cor branca. Ao lado em tinta branca está descrito: use o banheiro de acordo com o gênero com o qual você se **identifica**. aqui a **diversidade** é respeitada.



Fonte: Autora, 2019.

O exemplo mostra que a acessibilidade não deve ser pensada somente para as PcDs e que o acolhimento feito de forma simples, gerará um impacto tanto para os públicos visitantes LGBTQIA+, quanto para os trabalhadores desses espaços. Apontado também, que o público LGBTQIA+ também pode ser uma PcD ou se encaixar em múltiplas categorias minoritárias, pois a premissa basilar da acessibilidade é que as iniciativas devem ser elaboradas com a finalidade de atender a todos os tipos de públicos. Estes banheiros, para além de terem acessibilidade arquitetônica, com os recursos previstos na NBR 9050, possuem acessibilidade comunicacional, utilizando o contraste de cores e sinalização por imagem (ABNT, 2015). No caso do MAM,

ambos incorporam a acessibilidade atitudinal, isso faz com que boa parcela do público visitante passe a se sentir acolhido com os diferentes níveis de acessibilidade aplicados nestes contextos.

Outro exemplo pertinente encontrado na expografia do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo - MAC/USP (2019), é o projeto de logotipo realizado pelo designer gráfico Alexandre Wollner³³ (Figura 2) o qual criou as sinaléticas expostas na entrada do museu, a qual marca o posicionamento da instituição sobre o acolhimento de públicos diversos.

Figura 2. Mural expográfico no MAC - USP, 2019. Descrição da imagem: A imagem mostra parte de um mural, na cor vermelha, com diferentes ícones, sinalizando corpos diversos, também na cor vermelha, com efeito plastificado brilhante. No centro da imagem, em tinta branca está descrito: Sejam bem-vindos! Welcome!



Fonte: Autora, 2019.

Outra boa prática dentro da acessibilidade nos processos de comunicação museológica é a descrição das imagens nas redes sociais dos museus, incorporando textos alternativos³⁴ às imagens publicadas. Essa ação pode se estender a outras páginas de internet. As pessoas cegas ou com alguma deficiência visual serão incluídas nas comunicações em rede dos museus, sendo elas visitantes ou trabalhadoras daquele espaço. Exatamente como descrito no item G, do Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, “Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet” (BRASIL, 2009). Para tal, trago o exemplo realizado na Exposição Virtual feita pela turma de Prática de Exposição da UFSC

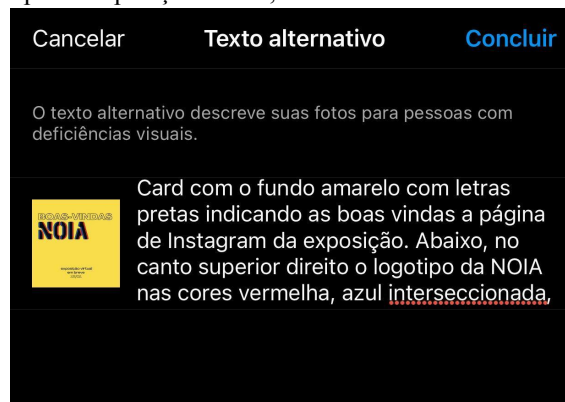
³³Alexandre Wollner (1928 - 2018) foi um dos mais importantes designers gráficos brasileiros. Influenciou com a sua arte diversos segmentos do design e da propaganda com a criação de diversos logotipos premiados.

³⁴O texto alternativo é uma estratégia criada pelo marketing digital com o propósito de se classificar palavras com o objetivo de facilitar os resultados das buscas orgânicas por meio das plataformas dos buscadores da internet, porém a partir disso, se transformou em uma ferramenta essencial para a inclusão de públicos com alguma deficiência visual ou cegos nos meios digitais, traduzindo as imagens em palavras.

(2020), exposição intitulada de NOIA. O texto alternativo (Figura 3) foi um recurso incorporado às páginas da exposição e das redes sociais.

Figura 3. Texto alternativo incorporado à página de Instagram da Exposição NOIA, 2020.

Descrição da imagem: A imagem mostra um print da área de configuração do texto alternativo para o Instagram. Card com o fundo preto. Na lateral esquerda, uma imagem com fundo amarelo e tamanho pequeno mostra o que será publicado na página. No lado direito, em tinta branca aparece a descrição da imagem. Card com o fundo amarelo e com letras pretas indicando as boas-vindas a página de Instagram da exposição NOIA. Abaixo, no lado direito aparece o logotipo da exposição NOIA, nas cores vermelha e azul interseccionada.



Fonte: Autora, 2020.

Por vezes, os níveis de acessibilidade criados a partir dos processos museológicos podem ser pensados “extramuros”, como o exemplo das parcerias realizadas com entidades ou associações que possam oferecer algum serviço. Essa dinâmica funciona para que de forma indireta, exista a promoção da acessibilidade laboral. Para exemplificar, trago o exemplo vivenciado por mim no 6º Congresso de Educação e Acessibilidades em Museus (2019), o qual contratou o Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial³⁵ para a produção dos cafés servidos nos intervalos do evento. Toda a produção de alimentos ofertada foi de responsabilidade do grupo de trabalho que apoia, dá formação e comercializa seus produtos. Esse simples exemplo, além de apoiar entidades que apoiam a PcD, incentiva a geração de uma cadeia produtiva, financiada pela força do trabalho, e rompe com a narrativa da incapacidade laboral associada à PcD. Essa, torna-se uma dinâmica inclusiva possível, pois em boa parte das cidades existem associações e grupos de trabalho direcionados a formação laboral de PcDs. Portanto, os processos museológicos são um conjunto de boas práticas que podem ser executadas

³⁵ O Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial é uma Rede de organizações, profissionais especializados, surdocegos e famílias, criada em 1997 e institucionalizada como organização civil, de caráter social, sem fins lucrativos, em 22 de outubro de 1999. (<https://apoioaosurdocego.com.br/#nossos-produtos>)

e pensadas dentro de qualquer iniciativa de acessibilidade, dando início a elaboração de níveis de acessibilidade possíveis, os quais incorporam as atitudes e aproximam, de diferentes maneiras, à responsabilidade social da inclusão no mercado de trabalho.

Níveis de acessibilidade são parâmetros, criados informalmente, por meio de boas práticas, para que a acessibilidade seja criada aos poucos. Essa ideia leva em consideração as possíveis dificuldades, financeiras e operacionais, para a realização das dinâmicas, incentivando as entidades a realizar, mesmo que aos poucos, iniciativas inclusivas. Portanto, quando criamos em etapas, ações com o propósito de incluir diferentes tipos de públicos, podemos dizer que estamos, como nos exemplos mostrados até agora, criando níveis de acessibilidade. Esse é um exemplo, por si só, de acessibilidade atitudinal.

Quando voltamos a debater as questões sobre o protagonismo das PcDs dentro dos espaços laborais nos museus, estamos falando sobre processos museológicos acessíveis que contenham representatividade de classe, e corroboramos com as dinâmicas conquistadas durante o histórico de luta pelos direitos da PcD. Mais uma vez lembramos o lema “Nada sobre nós, sem nós”, ou seja, os processos museológicos que envolvem todos os tipos de públicos com o foco na acessibilidade devem ser pensados e representados pelas pessoas as quais fazem parte dos grupos minoritários em questão.

Um outro exemplo prático e dinâmico é a curadoria compartilhada que acontece de diversas formas em diferentes museus, como aconteceu no MARquE onde a equipe do museu articulou os saberes museológicos com a finalidade de materializar o conhecimento ancestral compartilhado por grupos indígenas do Estado de Santa Catarina, elaborando, de forma colaborativa, a exposição intitulada “Tecendo Saberes pelos Caminhos Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng”. A junção das narrativas, artefatos e outros conhecimentos oferecidos pelas comunidades indígenas catarinenses, trouxe o protagonismo na escolha do acervo do museu etnográfico, compondo um processo museológico com representatividade.

Segundo Sarraf, em seu trabalho sobre curadoria participativa, publicado nos anais do Seminário Internacional Acessibilidade em Museus e Espaços Culturais, em maio de 2018: “Consideramos “Curadorias Acessíveis” aquelas que desenvolvem propostas de exposição e extroversão centradas na relação de diferentes públicos com o patrimônio cultural, com objetivo de criar vínculos de pertencimento e relacionamento afetivo com o museu” (SARRAF, 2018. p. 234).

No mesmo Decreto, já citado, de nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, em seu preâmbulo, no item V, elucida que: “Reconhecendo a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais” (BRASIL, 2009), bem como o artigo 9, no item 1 letra E, que diz:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a: e) Oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, ledores e intérpretes profissionais da língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público (BRASIL, 2009).

Portanto, um dos processos que trago nesta pesquisa, os quais me inspiraram a desenvolver este projeto monográfico (que está citado no item E acima), são os exemplos de mediação acessível que acompanhei durante visitas técnicas realizada na Pinacoteca e no MAC de São Paulo, e outros exemplos, que busco para ilustrar, a partir de informações buscadas na internet, após uma visita técnica realizada na Fundação Dorina Nowill³⁶, em que convivi com a equipe local e pude também, conhecer a equipe do Museu de Arte Contemporânea do Ceará - MAC Dragão. Ambas as entidades têm em seu corpo de trabalhadores pessoas com alguma deficiência que trabalham diretamente com o público visitante.

Leonardo Castilho³⁷ atuou por 15 anos no setor educativo do MAM- SP, um homem surdo, preto e gay que contribuiu por elaborar diversas ações e processos museológicos acessíveis a partir da sua marcante participação no museu. Em uma palestra, elaborada por ele, durante o 6º Congresso de Educação e Acessibilidade em Museus (2019), com o foco no protagonismo da PcD em museus, pude ouvir o relato sobre sua participação e integração na equipe do MAM- SP. Na publicação realizada em comemoração aos 70 anos da entidade, intitulada Educação e

³⁶ O Centro de Memória Dorina Nowill é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, fundado em 2002 e é um museu brasileiro pioneiro na valorização da cultura da deficiência visual como patrimônio histórico.

³⁷ Leonardo Castilho é artista, educador, produtor cultural, performer, influencer e ator em teatro e TV, MC do Slam do Corpo, idealizador e responsável pelas equipes Vibração e Sencity no MAM São Paulo. Ex-diretor de cultura da Associação de Surdos de São Paulo – ASSP, trabalhou por mais de 15 anos no setor educativo MAM São Paulo, onde atuou como produtor de Acessibilidade, educador e professor no Programa Igual Diferente. Desde 2008 é integrante do Corposinalizante, projeto que recebeu alguns prêmios, como o 1º lugar no Prêmio Darcy Ribeiro 2009 (IPHAN/MinC). - <https://mam.org.br/evento/live-em-libras-com-leonardo-castilho>

Acessibilidade: experiência do MAM (2018), alguns relatos, como o de Daiana Leyton³⁸, coordenadora do MAM Educativo, nos aproxima da potência na experiência vivida a partir da entrada de Leonardo na equipe do museu. Ela relata que no ano de 2001, o museu passou a receber visitantes surdos, porém havia prejuízos quando o educador compartilhava sua narrativa ao intérprete de Libras que acompanhava os grupos. Isso acontece, pois, ao interpretar um tema específico, a pessoa responsável, por vezes, desconhece os conteúdos ali apresentados, em grande maioria não existe um glossário específico para cada local visitado, isso faz com que o intérprete acompanhante, não consiga exemplificar com clareza a completude da visita mediada. Foi durante uma dessas mediações que Leonardo, com 13 anos de idade, influenciou a criação do curso ‘*Aprender para Ensinar*’, focado na formação de jovens educadores surdos. A iniciativa tinha como objetivo incentivar a presença de visitantes surdos nas exposições do MAM. O projeto cresceu e passou a ser incorporado a outras instituições que por esse motivo passaram a contratar educadores surdos. Leonardo foi contratado para integrar a equipe do MAM. Essa iniciativa transformou a experiência das pessoas surdas que passaram a ter a mediação sem intermediações e na sua primeira língua, Libras.

Os colegas de trabalho de Leonardo sentiram necessidade de se comunicar com ele de forma livre, e por esse motivo passaram a aprender a língua brasileira de sinais. Esse exemplo mostra que a ocupação, de forma a protagonizar ações em seus espaços de trabalho, podem sim causar mudanças estruturais dentro do ambiente laboral, como traz Daiana Leyton:

A principal conquista nesse processo, no entanto, não foi o acesso do público surdo a esses espaços culturais, mas, sim, o acesso dessas instituições à realidade do público surdo e à sua cultura. A oportunidade de conviver continuamente com os surdos ampliou, para a equipe do museu, a compreensão sobre a comunicação e o conhecimento de uma língua de outra natureza - visual, espacial e motora (MAM, 2018. p.24).

Outro detalhe referenciado na fala de Leonardo durante o congresso, foi sobre o impacto relacionado ao público ouvinte visitante, que apesar do estranhamento inicial, por serem conduzidos por um mediador surdo, acompanhado ao fundo da sala por um intérprete oral, colaborou para a naturalização da visita mediada por uma pessoa surda. Leonardo (Figura 4), é uma pessoa surda e oralizada, porém conforme o que determina a LBI, é acompanhado, por direito, em todas as suas atividades, por um intérprete oral na língua portuguesa falada.

³⁸ Daiana Leyton é educadora e psicóloga do MAM e elabora projetos com foco em públicos diversos desde 1999.

Figura 4. Descrição da imagem: Diante de um grupo de crianças sentadas no chão, em frente a um painel na cor vermelha, Leonardo faz sua mediação em libras.



Fonte: <https://www.ces.org.br/site/leitor.aspx?id=2419>

A participação ativa de Leonardo Castilho acrescentou em diferentes projetos como o *'Vibração e Sencity'*, que teve início em 2002, em parceria com a organização Holandesa *Skyway Foundation*³⁹. Essa organização promove eventos multissensoriais, neste caso no MAM, com o propósito da fruição por parte do público surdo, bem como, proporcionar integração com o público ouvinte. O projeto utiliza ferramentas para criar níveis de acessibilidade e traduzir o som em vibrações, cores e aromas. Como a pista de dança vibratória chamada de *Piso Vibrátil* (Figura 5) que faz com que os sons graves e a batida da música sejam sentidos pelos pés, mãos ou outra parte do corpo.

Figure 5. Pista de dança vibrotátil - MAM - SP, 2019. Descrição da imagem: a fotografia mostra um grupo de mulheres, dentro do MAM, em cima da plataforma vibrotátil na cor branca.



Fonte: Autora, 2019.

³⁹ Skyway Foundation é uma organização holandesa que promove a interação do público surdo com a música. A iniciativa das festas Sencity acontecem em diferentes países por meio de parcerias locais e é considerada uma das mais bem conceituadas ações no sentido da inclusão da comunidade surda.

Outra dinâmica incluída neste projeto é o “aromas-jóqueis”, um DJ que *mixa* aromas de acordo com a música e as areias coloridas (Figura 6), que vibram conforme ritmo da música formando imagens aleatórias em cima da plataforma transparente; também as pequenas caixas de som (Figura 7), que permitem que qualquer pessoa, ao colocar junto a cabeça, sinta a vibração da música.

Figura 6. Plataforma com areia colorida - MAM - SP, 2019. Descrição da imagem: na fotografia, em primeiro plano aparece um homem, branco com cabelos escuros, segurando uma placa transparente com areias coloridas misturadas pela vibração da música. Ao lado, em cima de uma mesa, saquinhos com areias coloridas e placas tamanho A4 com informações em diferentes línguas explicando como funciona a dinâmica. Em segundo plano, mulheres em cima da plataforma vibrotátil.



Fonte: Autora, 2019.

Figura 7. Caixas de som de vibração - MAM - SP, 2019. Descrição da imagem: na fotografia aparece uma mulher, apoiando uma pequena caixa de som redonda no topo da cabeça de outra mulher. Em primeiro plano, aparece uma mão, a apoiar outra caixa de som redonda e pequena no topo da cabeça de outra mulher.



Fonte: Autora, 2019.

Para além da experiência que aproximou os públicos visitantes e trabalhadores do museu à cultura surda, Leonardo Castilho participou de diversos eventos e conferências, contribuindo para a construção do Plano Nacional de Cultura. Suas inúmeras contribuições partiram da oportunidade, constitucionalmente garantida, dos seus méritos a partir dos seus conhecimentos, somada às boas práticas atreladas aos administradores do museu. O mesmo exemplo, com a mediação a partir de educadores surdos, também acontece na Pinacoteca de São Paulo, instituição que abriga diversos projetos na área da inclusão e acessibilidade para diferentes tipos de públicos (Figura 8).

Figura 8. educadora surda - Pinacoteca - SP, 2019. Descrição da imagem: a fotografia mostra a mediadora, em frente à uma pintura intitulada O tempo. Ela está ensinando o seu sinal, em libras, durante a sua mediação ao público visitante. No canto inferior direito aparece um homem, sentado no chão, acompanhando a sua fala.



Fonte: Autora, 2019.

Por meio da inclusão de PcDs, os trabalhos da pinacoteca se desdobram em diferentes dinâmicas voltadas às diversidades, como: as publicações para os públicos cegos, a mediação tátil de obras dentro da exposição permanente (Figura 9), o acervo de ações comandadas pelos educadores (Figura 10), maquetes táteis mostrando a arquitetura da construção, jogos inclusivos, comunicação acessível e interativa sobre os itens disponíveis no museu para o uso coletivo (Figura 11) entre outros.

Figura 9. exposição permanente tátil - Pinacoteca - SP, 2019. Descrição da imagem: na fotografia aparece um busto, em bronze, em cima de uma plataforma pequena e branca. Em frente ao busto está uma etiqueta descrevendo em braille e a tinta o conteúdo sobre a obra. No lado esquerdo da descrição, está a imagem de um símbolo de um fone de ouvido, escrito: faixa número nove, onde está localizado o conteúdo para acessar a audiodescrição.



Fonte: Autora, 2019.

Figura 10. carrinho com jogos e acervo acessível para as mediações - Pinacoteca - SP, 2018. Descrição da imagem: Na fotografia aparece em primeiro plano a imagem da educadora, segurando uma placa branca com a imagem em alto relevo do quadro Abaporu de Tarsila do Amaral. Em segundo plano está o carrinho, com algumas estantes, contendo obras e atividades acessíveis aos públicos. Na parte superior do carrinho, a réplica interativa e desmontável, em madeira, da obra Abaporu e outras figuras impressas em papel.



Fonte: Autora, 2019.

Figura 11. Quadros com informação interativa sobre itens de uso coletivo - Pinacoteca - SP, 2019. Descrição da imagem: Na fotografia aparece sob uma parede na cor preta, um quadro, no tamanho A4, interativo na cor vermelha, o qual se pode fechar e abrir metade do quadro, ao deslizar parte da metade de uma lâmina de madeira, também na cor vermelha, para o lado direito ou esquerdo, mostrando ou escondendo o conteúdo descrito, nas cores lilás e branca, indicando a disponibilidade de vídeos e audioguias no museu.



Fonte: Autora, 2019.

Na Pinacoteca de São Paulo, a equipe de educadores com alguma deficiência protagoniza na condução das mediações realizadas para públicos diversos, sem direcionar seu trabalho somente aos públicos também com alguma deficiência. Lara Souto Santana (Figura 12) em seu artigo intitulado, *Protagonizar é Preciso*, publicado nos anais do Seminário Internacional Acessibilidade em Museus e Espaços Culturais (SANTANA, 2018) relata sobre a sua experiência ao assumir uma das quatro vagas para educadores de museus da Fundação Dorina Norwill para cegos. A fundação, que tem foco em estruturar e facilitar o acesso de pessoas com alguma deficiência visual, promove dentro das suas ações educativas o protagonismo de profissionais formados na área. Esse vínculo, transformador, que se estabelece por consequência com os visitantes do museu permite a quebra de paradigmas referentes à pessoa cega. Promove a inclusão tanto do profissional, quanto dos visitantes que experimentam uma vivência a qual, possivelmente, não estavam habituados.

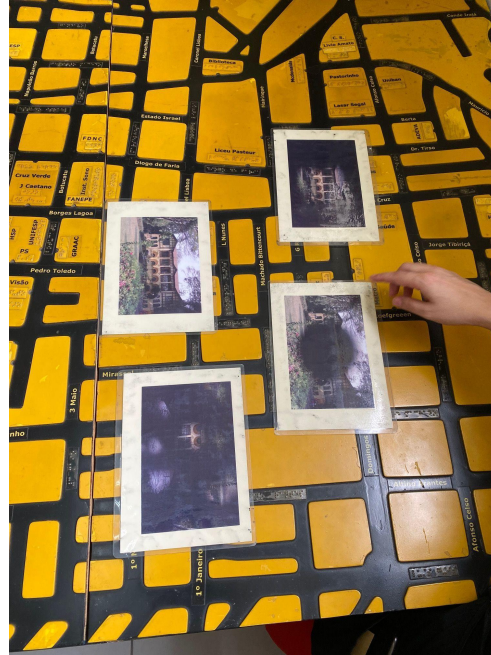
Figura 12. A educadora Lara Souto Santana realizando a mediação com os visitantes do museu. Descrição da imagem: Na fotografia aparece Lara com seu braço esquerdo levantado e uma expressão facial feliz. Ela está ao lado do busto em bronze de Louis Braille. Em primeiro plano, de costas, meninas acompanham a visita.



Fonte: Acervo digital Fundação Dorina Nowill para cegos (p. 146)

O impacto dessa relação com os públicos visitantes, fica exposto na fala da educadora: “Como educadora com deficiência, que falava sobre o tema, sentia que eu podia contribuir para a desconstrução dos preconceitos tanto dos alunos quanto dos professores que acompanhavam as visitas; foi ali que comecei a perceber a potência do lugar de fala” (SANTANA, 2018. p. 146 - 147). Essa experiência, assim como as outras elencadas neste trabalho, se desdobraram em novas colocações profissionais as quais permitiram que a educadora, agregasse aos seus conhecimentos na área, novas experiências a fim de colaborar para ações dentro dos espaços culturais, sempre pelo ponto de vista da PcD, “passei a protagonizar, então, como consultora em acessibilidade, fazendo testes de aplicativos, parcerias de conhecimento, audiodescrição, formação de educadores e tudo o que foi aparecendo” (SANTANA, 2018. p.147). A fundação é referência na publicação e formação de pessoas cegas ou com alguma deficiência visual, tendo no seu espaço a principal a maior gráfica em braile do Brasil, rádio e estúdio de gravação de audiodescrição, atendimento terapêutico, educacional e uma estrutura expográfica a fim de informar, educar e projetar o importante trabalhos realizado junto aos públicos visitantes e beneficiários (Figuras 13 e 14).

Figura 13 Mapa urbano tátil com nome das ruas e imagens com diferentes deficiências visuais - Fundação Dorina Norwill - SP, 2019. Descrição da imagem: Na fotografia aparece, em segundo plano, nas cores preta e amarela, o mapa tátil geográfico das ruas no entorno da fundação. Em primeiro plano, na parte direita, a meio da imagem, aparece uma mão apontando para quatro fotografias, que estão expostas a meio da imagem e em cima do mapa, com imagens ilustrando como as diferentes deficiências visuais se comportam nos olhos de uma pessoa.



Fonte: Autora, 2019.

Figura 14 Expografia acessível - Fundação Dorina Norwill - SP, 2019. Descrição da imagem: a fotografia mostra parte da expografia tátil, com o acervo da fundação.



Fonte: Autora, 2019.

O Museu de Arte Contemporânea do Ceará - Mac Dragão, que tem em sua equipe educadores surdos e educadores cegos, elaborou, conjuntamente com demais educadores da

equipe, a ação intitulada *Projeto Acesso*. Essas, compõem diferentes iniciativas desenvolvidas para garantir a formação contínua da sua equipe de trabalhadores do museu, e que a partir disso, transformou a diversidade em costume. O processo museológico acessível elaborado pelas equipes internas, aproximou novos públicos visitantes e com isso, também destaca o papel fundamental do protagonismo do seu corpo de trabalho com alguma deficiência. A partir dessa iniciativa, novas ferramentas para a criação de níveis de acessibilidade foram utilizadas, como o exemplo do *Cine Assista*, um projeto que promove acessibilidade nas sessões de cinema do Dragão. Para que isso fosse possível, a equipe do museu disponibilizou legendas, conteúdo em Libras e audiodescrição, por meio do uso de aplicativos para telefone móvel, possibilitando empréstimos de aparelhos aos visitantes que não tenham essa tecnologia consigo. As interpretações foram feitas pelo corpo de trabalhadores do museu e pensadas para incluir todos os tipos de públicos, como no princípio basilar das políticas acessíveis. Os educadores surdos do museu também são acompanhados por uma intérprete oral. Outras iniciativas como a disposição de um monitor de vídeo com a imagem de um intérprete de Libras explicando sobre o museu, a criação de um glossário em Libras sobre o acervo, a divulgação de trabalhos de arte travesti, arte preta, entre outros. Segundo a publicação no *site* do museu, onde mostra Cleyton Santos, professor de Libras e também educador surdo do MAC, as iniciativas beneficiaram mais de 6.000 pessoas, incluindo visitantes e profissionais de museu.

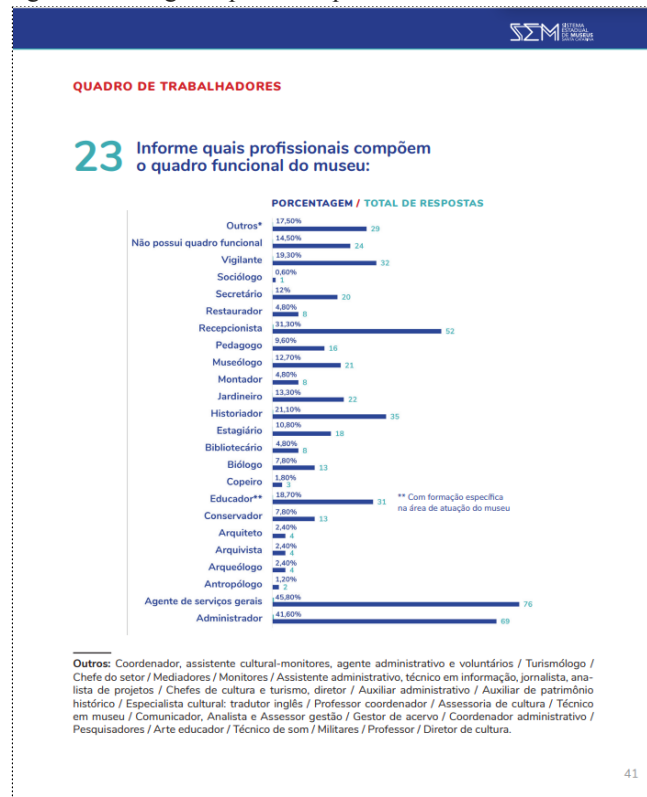
Portanto, os exemplos citados são fruto de boas práticas que geram diferentes impactos, porém com um propósito comum, o de acolher, integrar e acessibilizar, em diferentes níveis, os espaços culturais a partir da presença protagonista de uma PcD. Os resultados e inúmeros produtos, reforçam o caráter de urgência sobre esse protagonismo, com a finalidade de impulsionar, por meio da participação ativa e coletiva, por parte de todos, para o rompimento das barreiras sobre o desconhecido.

5. CAPÍTULO 03 - ANÁLISE E RESULTADOS

Em uma cidade com população estimada em 516.524 habitantes (IBGE, 2021), tendo 28 unidades museológicas cadastradas no CCM do SEM/SC, sendo 18 de natureza administrativa pública, não se consegue imaginar que, em uma cidade que possui cerca de 1 museu para cada 18.000 habitantes, não se tenha uma estrutura sólida com políticas públicas a qual abarque as

necessidades institucionais e promova a cultura de museus como fonte importante para a promoção do turismo e renda na cidade de Florianópolis. Esse dado se intensifica no momento que avaliamos o número de profissionais graduados em museologia atuantes na cidade. Segundo o museólogo e pesquisador Maurício Rafael - ex-coordenador do SEM/SC, em sua dissertação de mestrado sobre Políticas Públicas no Estado de Santa Catarina, em 2010 apenas 8 museus, no Estado possuíam museólogos no seu quadro laboral (RAFAEL, 2010). No relatório atual publicado pelo SEM/SC, com dados do CCM, referentes ao ano de 2021, nas 166 instituições museológicas catarinenses cadastradas no sistema, apenas 21 museólogos(as) fazem parte dos quadros de funcionários, ou seja 12,7% dos profissionais dos museus, sendo que 14,5% declararam não possuir quadro funcional, 45,8% são agentes de serviços gerais e 41,6% são administradores, conforme quadro abaixo (Figura 15)⁴⁰

Figura 15. Descrição da imagem: Na imagem aparece o quadro de trabalhadores e suas porcentagens de ocupação.



Fonte: Publicação CCM p.41

Na capital, entre as dez unidades museológicas pesquisadas neste trabalho, apenas 4 museólogos fazem parte dos quadros institucionais atuais, e dentre eles, apenas 1(um) faz parte

⁴⁰ <https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/sem/cadastro-catarinense-de-museus>

dos quadros da FCC, entidade responsável por três dos museus pesquisados e que, por motivos administrativos, este está como coordenador do SEM/SC, ou seja, não está diretamente vinculado à administração e elaboração dos processos museológicos dentro dos três museus. Destacando que de acordo com o último concurso público, realizado em 2010 pela FCC, oficialmente deveriam ter no seu quadro de efetivos cinco museólogos, porém só existe 1(um), constando quatro vagas ociosas. No ano de 2022, ainda não existe previsão para a realização de novo concurso público. Portanto, isso significa que apenas os museus federais, MARquE e Victor Meirelles, e O Museu de Florianópolis, municipal - com administração público-privado – apresentam no mínimo um profissional da área da museologia atuando na elaboração dos projetos museológicos. De acordo com a Lei nº 11.904 de 2009 no Art. 17. “Os museus manterão funcionários devidamente qualificados, observada a legislação vigente. Parágrafo único. A entidade gestora do museu público garantirá a disponibilidade de funcionários qualificados e em número suficiente para o cumprimento de suas finalidades.” (BRASIL, 2009)

A partir desses dados, se consegue elaborar um breve panorama, o qual evidencia a carência e necessidade da integração de profissionais qualificados em prol do avanço e desenvolvimento da cultura de museus, das políticas públicas e nos processos museológicos. Para contextualizar os locais pesquisados, discorro de forma breve sobre os museus:

5.1 MUSEUS FEDERAIS:

5.1.1 Museu Victor Meirelles

O museu é uma instituição vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus do Ministério do Turismo - IBRAM e está instalado desde 1952 na casa, um antigo sobrado Luso-brasileiro do final do século XVIII, onde o artista, Victor Meirelles de Lima (1832-1903) nasceu, no centro da cidade de Florianópolis. É um museu histórico, considerado patrimônio histórico tombado, o qual passou por processo de reforma, adequação e qualificação das suas instalações físicas, concluída em 2019 e com reabertura parcial em setembro de 2021⁴¹.

⁴¹ <https://museuvictormeirelles.museus.gov.br/>

5.1.2 Museu de Arqueologia e Etnologia - Oswaldo Rodrigues Cabral - MARQUE

O museu é um órgão suplementar ligado ao gabinete da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É um museu de Arqueologia e Etnologia que teve sua abertura em 1965, quando era vinculado ao curso de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, passando por diversas resoluções, que modificaram a sua configuração até maio de 1993, quando completou vinte e cinco anos de existência e passou a ser um Museu Universitário, denominado de “Oswaldo Rodrigues Cabral”, em homenagem a seu idealizador, fundador e primeiro diretor. O museu⁴² está fechado para visitação de públicos desde setembro de 2018, m s que ocorreu o fatídico incêndio no Museu Nacional - RJ. Esse fato aconteceu devido a mobiliza o coletiva dos alunos e professores do curso de museologia, junto aos servidores do museu, a fim de denunciar algumas irregularidades que poderiam pôr em risco a integridade da institui o, de suas cole es e seus servidores.

5.2 MUSEUS ESTADUAIS:

5.2.1 Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC

O museu   uma institui o vinculada a FCC, criado em outubro de 1978, mas teve, em um primeiro momento, seu funcionamento na Casa da Alfândega de Florianópolis, em março de 1979. Em dezembro de 1986, as instala es do museu foram transferidas oficialmente para o Palácio Cruz e Souza, antiga casa do governo, que passou a ser de responsabilidade do MHSC.   um museu histórico, em um patrimônio histórico tombado, situado no centro da cidade de Florian polis⁴³.

5.2.2 Museu de Arte de Santa Catarina – MASC

O museu   uma institui o vinculada a FCC, criado em março de 1949 com o nome de Museu de Arte Moderna de Florianópolis. Em 1970, sua administra o passou a ser estadual

⁴² <https://museu.ufsc.br/memoria/>

⁴³ <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/mhsc/o-museu>

quando foi denominado Museu de Arte de Santa Catarina. É um museu de arte e está localizado no Centro Integrado de Cultura - CIC, desde 1983⁴⁴.

5.2.3 Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina - MIS/SC

O museu é uma instituição vinculada à FCC criada em 1998, com o propósito de dar continuidade aos trabalhos realizados de 1989 a 1998 pelo Núcleo de Documentação Audiovisual - NDA da FCC. É um museu temático e está localizado no Centro Integrado de Cultura -CIC⁴⁵.

5.2.4 Museu da Escola de Santa Catarina MESC

O museu é uma instituição vinculada à Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Está localizado no edifício, com estilo neoclássico, construído para abrigar a antiga *Escola Normal Catharinense* em 1892 e inaugurado em 1926. Em 1964 passa a ser sede da primeira Faculdade de Educação do Brasil que funcionou no edifício até o ano de 2007. É um museu escola, criado em 1992, patrimônio histórico tombado, o qual passou por processos de melhorias, adequações e qualificação das suas instalações físicas dos anos de 2013 a 2020⁴⁶.

5.2.5 Museu de Armas Major Lara Ribas

O museu é uma instituição vinculada à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, instalado desde 1930 no Forte de Sant`Ana, construído em 1761. Patrimônio histórico tombado é um museu militar com caráter histórico e está fechado temporariamente por conta da pandemia de COVID-19⁴⁷.

⁴⁴ <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/masc/o-museu>

⁴⁵ <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/mis/o-museu>

⁴⁶ <http://www1.udesc.br/?id=2035>

⁴⁷ <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/?cms=museu+de+armas+major+lara+ribas>

5.3 MUSEUS MUNICIPAIS:

5.3.1 Museu do Presépio - Bosque Vereador Pedro Medeiros

O museu é uma instituição vinculada à Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF, inaugurado em 2002, e está instalado em uma antiga edificação datada do século XIX, dentro do Bosque Pedro Medeiros, uma área verde, no bairro Estreito, na região continental de Florianópolis. O conjunto é tombado pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município desde 2002. É um museu comunitário-temático⁴⁸.

5.3.2 Museu do Lixo da Comcap

É uma instituição vinculada à Companhia de Melhoramentos da Capital - Comcap, responsável pelo serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares e limpeza pública, vinculado à Superintendência de Gestão de Resíduos, ligado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e à Secretaria Municipal de Infraestrutura, respectivamente, sob a jurisdição autárquica da Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF. Inaugurado em setembro de 2003, a partir do trabalho idealizado pelo coordenador do Museu e educador ambiental, Valdinei Marques (Nei Ciclagem), servidor da Comcap. É um museu comunitário-temático e referência no Estado por executar atividades de educação ambiental. Está instalado no bairro Itacorubi, no antigo galpão de triagem da coleta seletiva da Comcap.

Por se tratar de um museu ligado à Comcap e conseqüentemente sob administração da PMF, todas as demandas burocráticas e operacionais para contratação de novos efetivos, se faz por meio da autarquia, portanto os funcionários do museu não são funcionários exclusivos do museu, mas sim a serviço da Comcap, podendo executar outras tarefas dentro da companhia. Portanto, em concursos públicos, todas as contratações são feitas dentro das regras previstas em constituição⁴⁹.

⁴⁸ <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/continente/index.php?cms=bosque+pedro+medeiros&menu=0>

⁴⁹ <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/Comcap/index.php?cms=historia+do+museu+do+lixo&menu=6>

5.3.3 Museu de Florianópolis – SESC

O museu é uma instituição vinculada à prefeitura de Florianópolis e ao Serviço Social do Comércio de Santa Catarina - SESC/SC, portanto tem natureza administrativa público-privada. Está situado no sobrado histórico da antiga Casa de Câmara e Cadeia, patrimônio histórico tombado, o qual passou por processos de melhorias, adequações e qualificação das suas instalações físicas nos anos de 2019 e 2020, sendo inaugurado em novembro de 2021. É um museu de cidade com características de museu histórico, salvaguardando a memória da capital catarinense. No edifício anexo, estão alocados o Café do Museu, sanitários e a sala da administração do museu⁵⁰.

5.4 MUSEOLOGIA E ACESSIBILIDADE EM FLORIANÓPOLIS

Durante a pesquisa, por conta da ausência de bibliografia disponível sobre os parâmetros de acessibilidade existentes nos museus da cidade, busquei como recurso as plataformas digitais das instituições. Portanto, buscou-se avaliar quais são as ferramentas utilizadas com a finalidade de comunicar, de maneira oficial, aos públicos de interesse, quais são as suas ações dentro dos museus. Ressalto o fato de que existem padrões estabelecidos a fim de promover a acessibilidade digital definidos pela cartilha WCAG 2.0 - Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web, desenvolvida pela organização W3C - World Wide Web Consortium, principal organização de padronização da internet, e a eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, desenvolvida pelo Governo Federal do Brasil (FCEE, [s.d]).

A proposta não é realizar uma avaliação exaustiva sobre todos os parâmetros existentes, mas a partir disso, reconhecer, por meio dos conteúdos expostos nas páginas de internet, se existem incoerências nas respostas do formulário, na percepção sobre acessibilidade. Para melhor visualização foi elaborada uma tabela simplificada com os marcadores principais (Tabela 1).

⁵⁰ <https://www.sesc-sc.com.br/museudeflorianopolis/sobre/o-museu-de-florianopolis>

Tabela 1. Marcadores de cada órgão.

	Entidade		
	CCM	IBGE	IBRAM
Marcadores acessibilidade			
Atitudinal	-	-	-
Arquitetônica	X	X	X
Comunicacional	X	X	X
Acesso dos Públicos	X	X	X

Fonte: Autora, 2022.

Foi identificado nas publicações vinculadas às instituições oficiais - IBRAM, IBGE e CCM - quais são os marcadores oficiais de acessibilidade previstos por eles. A partir disso, foi elaborada uma breve análise.

5.4.1 Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM

O IBRAM foi criado em janeiro de 2009, por meio da Lei nº 11.906, é um órgão responsável pela administração direta de 30 museus no Brasil, pela Política Nacional de Museus - PNM e está vinculado ao Ministério do Turismo. O órgão é responsável por promover direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2021). Desde o ano de 2006, o Cadastro Nacional de Museus – CNM mapeou mais de 3.700 instituições museológicas no país e publicou, oferecendo um panorama estatístico sobre o setor de museus, o *Museus em Números, vol. 1* (IBRAM, 2011). Portanto, com base nessa publicação, avalio quais são os marcadores em destaque sobre acessibilidade nos museus (Tabela 2).

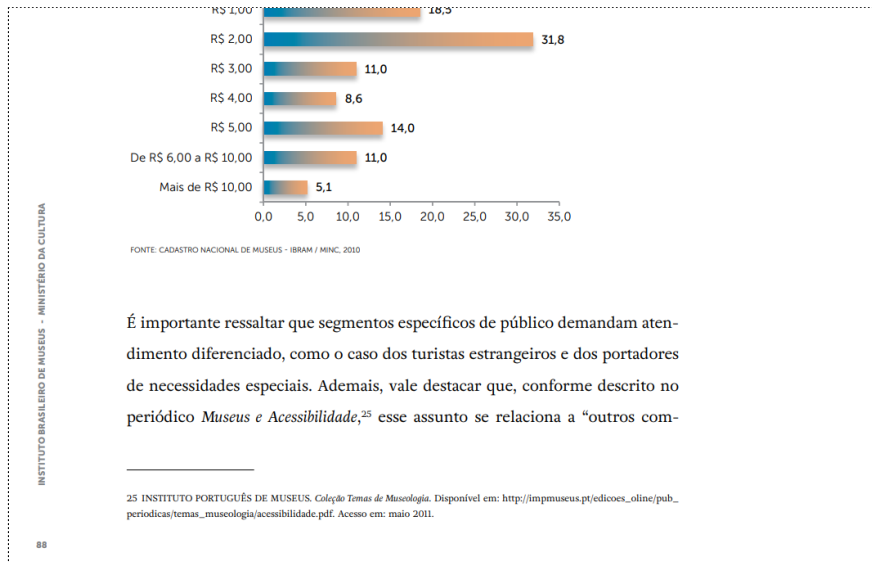
Tabela 2. relação dos itens indicativos dos marcadores de acessibilidade

Acesso dos Públicos	Comunicacional	Arquitetônica
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ponto vista geográfico sobre a localização dos museus e se este se encontra em áreas urbanas ou rurais; 2. O número de museus por região brasileira - a fim de compreender a distribuição por número de habitantes; 3. Regiões que não possuem museus; 4. Se cobra entrada; 5. Se tem agendamento para visitas mediadas; 6. Dias da semana abrem aos públicos visitantes; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Etiquetas; 2. Textos em braile; 3. Sinalização em braile; Pelo ponto de vista do receptivo à estrangeiros: 4. Etiquetas e/ou textos em idioma estrangeiro identificando bens culturais; 5. Sinalização visual; 6. Publicações em idioma Estrangeiro; 7. Disponibilidade de interação em outros idiomas (intérpretes, visitas guiadas, audioguias e recursos audiovisuais em outros idiomas); 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rampa de acesso; 2. Banheiros adaptados; 3. Vagas exclusivas de estacionamento; 4. Elevadores adaptados;

Fonte: Autora, 2022.

A publicação, embora desatualizada, ainda é usada como base para pesquisas. O uso de termos considerados como capacitistas por alguns grupos de PcDs, por vezes influenciam no atraso do desenvolvimento de políticas públicas acerca do tema e por esse motivo, carregam a responsabilidade sobre a reprodução do preconceito dentro do campo museal.

Figura 16. Museus em números. Descrição da imagem: Na imagem aparece um fragmento do texto publicado no site, com o uso da frase portadores de necessidades especiais.



Fonte: IBRAM, 2011. p.88

Contudo, a mesma publicação direciona ao periódico *Museus e Acessibilidade*, que faz parte do *vol. 2* das edições do *Museus em Números*, focado em debater o tema e com considerações importantes sobre acessibilidade (COHEN, DUARTE, BRASILEIRO, 2012).

5.4.2 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

O IBGE⁵¹ iniciou suas atividades em maio de 1936 e é a entidade responsável por coletar dados qualitativos e quantitativos sobre o país, em diferentes setores sociais, público e privado, com a finalidade de promover informações para o suporte do conhecimento. Considerando o fato de que o IBGE não realizou o censo demográfico no ano de 2020 e 2021, os dados mais recentes sobre o tema deficiência tem origem na Pesquisa Nacional de Saúde, logo os marcadores são definidos pelo ponto de vista médico, em grande maioria. Porém, o termo acessibilidade, é sobretudo, incorporado à PcD, pelo ponto de vista arquitetônico e comunicacional, cita:

⁵¹ <https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/institucional/o-ibge.html>

O termo acessibilidade significa incluir a pessoa com deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações. Alguns exemplos são os prédios com rampas de acesso para cadeira de rodas e banheiros adaptados para deficientes.

Na internet, acessibilidade refere-se principalmente às recomendações do WCAG (World Content Accessibility Guide) do W3C e no caso do Governo Brasileiro ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico). O e-MAG está alinhado às recomendações internacionais, mas estabelece padrões de comportamento acessível para sites governamentais (BGE Conceitos e métodos - Metadados, [s.d.]).

5.4.3 Cadastro Catarinense de Museus- CCM

O CCM faz parte do eixo de Gestão da Política e do Plano Setorial de Museus do Sistema Estadual de Museus - SEM/SC e busca compreender, por meio de pesquisas e coleta de dados, a atuação dos museus em SC, para divulgar, de forma permanente os indicadores gerados pelo setor. O trabalho realizado pelo CCM tem a finalidade de elaborar metas para o Plano Setorial de Museus e tornar viável, por meio deste, políticas públicas para os museus.

Com base na publicação mais recente do CCM (2021) promovida pelo SEM/SC (FCC, 2021) pude avaliar quais são os marcadores, definidos por eles, como relevantes para qualificar as questões de acessibilidade nos museus catarinenses. Foram elencadas 70 perguntas, respondidas por 166 instituições museológicas, públicas e privadas, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de outubro de 2020. Diante dos itens observados no inteiro teor da publicação destaco o uso dos marcadores abaixo (Tabela 3):

Tabela 3. Relação dos itens indicativos dos marcadores de acessibilidade

Acesso do Público	Comunicacional	Arquitetônica
1. Se cobra entrada e qual a média de valor;	1. Equipamentos eletrônicos;	1. Pavimentação na principal estrada de acesso;
2. Se existe política de gratuidade;	2. Acesso à internet;	2. Existência de transporte público que viabilize a mobilidade entre bairros;
3. Se necessário agendamento prévio para visitas mediadas;	3. Disponibilidade de rede Wi-Fi;	3. Uso de piso podotátil;
4. Ponto de vista geográfico - sobre a localização dos museus e se este se encontra em áreas urbanas ou rurais;	4. Maquetes e objetos táteis;	4. Elevadores;
	5. Identificação em braile em obras;	5. Escada e plataforma elevatória;

<p>5. O número de museus por região em SC - a fim de compreender a distribuição por número de habitantes;</p> <p>6. Regiões que não possuem museus</p> <p>7. Dias da semana que abrem ao público visitante.</p>	<p>6. Catálogo e livro em braille;</p> <p>7. Audioguia;</p> <p>8. Roteiro em braille⁵²;</p> <p>9. Sinalização em braille;</p> <p>10. Tradutor em libras⁵³;</p> <p>11. Vídeo com legenda em libras⁵⁴;</p> <p>12. Vídeoguia.</p>	<p>6. Corrimão;</p> <p>7. Acessibilidade para cadeirantes⁵⁵;</p> <p>8. Rampa de acesso;</p> <p>9. Sanitários adaptados.</p>
---	---	--

Fonte: Autora, 2022.

Por se tratar de um órgão permanente da FCC e coordenado pelo SEM/SC, autodeclarado como uma ferramenta extremamente importante para instituições museais catarinenses e com finalidade de revelar aspectos fundamentais para o entendimento do panorama do campo museal no Estado, cita:

O Cadastro Catarinense de Museus é um programa permanente da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) coordenado pelo Sistema Estadual de Museus (SEM). O Cadastro é uma ferramenta extremamente importante para as instituições museais catarinenses, pois ao sistematizar suas informações revela aspectos fundamentais para o entendimento do panorama do campo museal no estado. Portanto, trata-se de um programa essencial para a compreensão dos perfis e dos desafios de nossos museus, servindo como base para a elaboração de políticas públicas que favoreçam o progresso e o fortalecimento do campo museal em Santa Catarina (FCC, [s.d.]).

Não poderia desconsiderar, enquanto análise, a responsabilidade no uso de palavras em conformidade com as leis constitucionais e que envolvam o entendimento dos grupos sociais

⁵² A sugestão é que se utilize o termo mapa tátil com tradução em braille. O roteiro, com o propósito de roteirizar, indicar um caminho a ser seguido não tem o mesmo sentido.

⁵³ O intérprete de Libras é a pessoa responsável por traduzir algo ou alguma situação a uma ou mais pessoas. Tradução e interpretação em Libras, apesar de serem semelhantes, não são a mesma coisa. A interpretação é feita de forma simultânea ou consecutiva enquanto um orador está discursando e a tradução em Libras ocorre quando o profissional tem acesso prévio ao texto original.

⁵⁴ O uso indicado é janela em Libras. Definida pela NBR 15.290, da ABNT, a janela de libras trata de um espaço delimitado no vídeo em que as informações transmitidas em língua portuguesa são interpretadas para Libras. <https://www.ame-sp.org.br/janela-de-libras-ou-legenda-qual-instrumento-de-acessibilidade-adotar/>

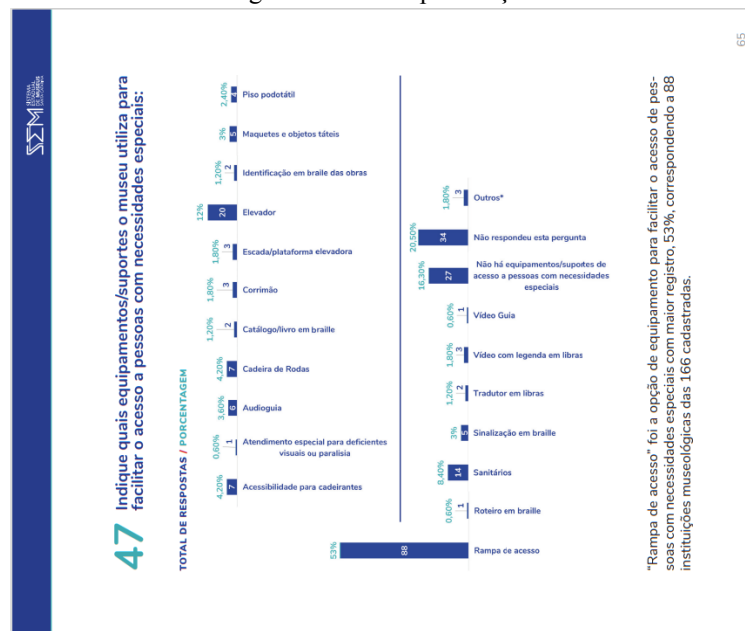
⁵⁵ Sugiro utilizar o termo Pessoa em Cadeira de Rodas.

identitários. Embora o uso de palavras possa ser interpretado de diferentes maneiras, por conta do conflito de gerações dentro do universo das PcDs, por vezes o uso de palavras podem revelar ausências de conhecimentos e atualização. Também se considera nas publicações o receptivo de públicos estrangeiros (no item 46 da página 64, FCC, 2021), onde 3,6% das instituições declaram ter audioguias. Porém o foco da questão está atrelado ao desenvolvimento turístico, e não com a finalidade de sanar itens vinculados à integração de públicos com alguma deficiência, como na observação feita no item 46:

Sendo que 65,7% das instituições museológicas cadastradas responderam que não possuem infraestrutura para o recebimento de público de outros países. Esse índice pode desfavorecer o potencial turístico das regiões, sobretudo nos períodos de temporadas turísticas, momento de aumento do fluxo de público de outras nacionalidades em Santa Catarina (FCC, 2021. Item 46.p. 64).

No item 7, na coluna "arquitetônica" da tabela 2, a expressão “cadeirante” é considerada por alguns como uma expressão capacitista por destacar a ferramenta individual utilizada pela PcD, a cadeira de rodas, adjetivando o indivíduo em detrimento do uso de uma ferramenta, e com isso excluindo outras características relevantes.

Figura 17. Tabela publicação.



Fonte: FCC, 2021, p 65, item 47.

Outra questão está direcionada ao entendimento sobre acessibilidade, é necessário conhecimento técnico para que se realmente possa identificar itens que estejam de acordo com as normativas relacionadas, por exemplo, para se garantir acessibilidade arquitetônica é necessário avaliar cerca de 148 itens que estejam em conformidade com as regras, segundo a NBR 9050. Portanto, fica em aberto na pesquisa do CCM e do CNM, quais itens devem estar de acordo para que um museu possa assumir que tem em suas instalações acessibilidade.

De igual modo, foi realizada uma avaliação às instituições pesquisadas:

5.5 MUSEUS FEDERAIS:

5.5.1 Museu Victor Meirelles

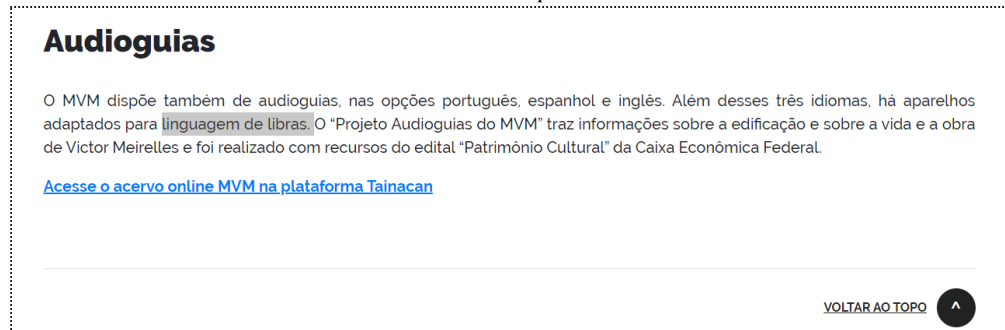
No site da instituição⁵⁶ podemos encontrar processos acessíveis dentro do departamento Educativo o qual sinaliza elaborar um projeto de Inclusão Sociocultural, a exemplo do *Seminário online Museus, Memória e Museologia LGBTQIA+ Resistências*⁵⁷ o qual se propunha a criar diálogos sobre as questões LGBTQIA+, se posicionando contra o racismo e LGBTfobia. Nas exposições existe a possibilidade de se solicitar audioguias em português, espanhol e inglês, bem como aparelhos adaptados para Libras a partir do projeto intitulado “Projeto Audioguias do MVM”. O audioguia em Libras disponibiliza informações sobre a edificação e sobre a vida e a obra de Victor Meirelles.

Em análise, foi identificado o uso de uma palavra que pode ofender algumas pessoas nos grupos de interesse. Por se tratar de uma instituição vinculada ao IBRAM, se faz necessário o estabelecimento de parâmetros rigorosos, e para que fique esclarecido, cito a passagem onde se referem à língua brasileira dos sinais - Libras, de maneira equivocada, ao nomeá-la “língua de Libras” (Figura 18). Essa situação reforça o preconceito, pois desconsiderar o uso de uma língua, oficial desde o ano de 2002, reproduzindo um conteúdo excludente.

⁵⁶ <https://museuvictormeirelles.museus.gov.br/educativo/>

⁵⁷ <https://museuvictormeirelles.museus.gov.br/seminario-online-museus-memoria-e-museologia-lgbt-resistencia-aco-ntece-em-outubro/>

Figura 18 Descrição da imagem: Na imagem aparece um fragmento do texto publicado no site, com o uso inadequado de palavras em destaque



Fonte: <https://museuvictormeirelles.museus.gov.br/exposicoes/>

A Libras possui estrutura gramatical própria, portanto, é uma língua. Inclusive é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão do Brasil desde 2002, através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. O ato de se comunicar através da Libras é fazer o uso da linguagem (CRISTIANO, 2017).

Portanto, é importante referir-se a Libras como uma língua, pois a linguagem pressupõe uma comunicação em pares e um audioguia comunica, por meio de uma gravação. Outra questão é que se deve considerar que um aparelho chamado audioguia, pressupõe o uso de áudio, sendo pouco provável de ser utilizado por uma pessoa surda (exceto as que tenham, por algum motivo percepção sonora e faça uso de algum recurso tecnológico, bem como quem não faça uso de LIBRAS), para tal o recomendado seria vídeoguia.

Outro recurso, utilizado pelo museu, para compartilhamento de informações é o uso da plataforma Tainacan, assim os visitantes remotos podem ter acesso às coleções. O site faz uso do modelo de acessibilidade do governo Federal *eMAG* para acessibilidade e inclusão digital, com ferramentas de Alto contraste e *VLibras*⁵⁸.

5.5.2 Museu de Arqueologia e Etnologia - Oswaldo Rodrigues Cabral - MARquE

No site da instituição podemos encontrar o uso de materiais pedagógicos⁵⁹ elaborados para a inclusão do público infantil, na versão impressa, digital, Catálogos didáticos a exemplo do intitulado "MARquE, uma história para contar", um livro adaptado para o braille, mas com foco

⁵⁸ A suíte VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas Web mais acessíveis para as pessoas surdas. (disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/vlibras>)

⁵⁹ <https://museu.ufsc.br/educativo/materiais-pedagogicos-impressos/>

em todas as crianças, usando recursos de impressão em tinta, mas com design que considera as crianças com deficiência visual. O livro também tem impressão em vinil transparente dos textos em braile e com texturas nas imagens. O projeto prevê também vídeo do livro com tradução para Libras. O museu também comunica sobre oficinas e eventos para a família, bem como visitas mediadas⁶⁰. O site faz uso do modelo de acessibilidade do governo Federal *eMAG* para acessibilidade e inclusão digital, com ferramentas de Alto contraste e *VLibras*

5.6 MUSEUS ESTADUAIS:

5.6.1 Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC

No site da instituição, hospedado dentro da página da Fundação Catarinense de Cultura - FCC, podemos encontrar a disponibilidade sobre o oferecimento de audioguias, em cinco línguas: português, inglês, espanhol, francês e italiano⁶¹. A experiência também pode ser utilizada de forma remota por meio da plataforma virtual criada para indexar os conteúdos, porém não fica claro se o museu disponibiliza de aparelhos individuais aos visitantes que não tenham acesso ao meio virtual⁶². No site⁶³ também encontramos a disponibilidade de agendamento para visitas mediadas e informações sobre o acervo. O site não faz uso do modelo de acessibilidade do governo Federal *eMAG* para acessibilidade e inclusão digital, disponível de forma gratuita para todos os sites no Brasil.

5.6.2 Museu de Arte de Santa Catarina – MASC

No site da instituição, hospedado dentro da página da Fundação Catarinense de Cultura - FCC, podemos encontrar disponibilidade de agendamento para visitas mediadas, acesso às coleções por meio da plataforma Tainacan⁶⁴. O Núcleo de Ação Educativa - NAE, realiza visitas mediadas para todos os tipos de públicos, projetos com acesso virtual, tal como o *MASC* -

⁶⁰ <https://museu.ufsc.br/educativo/eventos-para-familias>

⁶¹ <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/mhsc/audioguia>

⁶² <https://izi.travel/pt/0c26-top-10-as-10-obras-imperdiveis/pt>

⁶³ <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/mhsc/atendimento>

⁶⁴ <https://aplicacoes.fcc.sc.gov.br/wp Masc/>

*Família em Casa*⁶⁵ e *MASC + Escolas: Ações Digitais*⁶⁶, porém os conteúdos não estão acessíveis para todos os tipos de públicos.⁶⁷ O site não faz uso do modelo de acessibilidade do governo Federal *eMAG* para acessibilidade e inclusão digital, disponível de forma gratuita para todos os sites no Brasil.

5.6.3 Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina - MIS/SC

No site da instituição, hospedado dentro da página da Fundação Catarinense de Cultura - FCC, podemos encontrar exemplos de ações voltadas para os públicos conhecerem a instituição, a exemplo do programa de rádio intitulada *MIScuta*, que acontece em parceria com a rádio UDESC FM⁶⁸, que tem como objetivo promover as ações dentro do museu, bem como a programação cultural da FCC. Também está disponível exposições virtuais, documentação digitalizada para pesquisa, promoção das coleções nas redes sociais por meio dos projetos intitulados *Discocards*, *Disco da Semana* e *Vale a Pena Ouvir de Novo*, todos com o propósito de compartilhar conteúdos sobre as coleções, porém sem o uso de ferramentas de acessibilidade para o acesso do maior número de pessoas. O site não faz uso do modelo de acessibilidade do governo Federal *eMAG* para acessibilidade e inclusão digital, disponível de forma gratuita para todos os sites no Brasil.

5.6.4 Museu da Escola de Santa Catarina - MESC

No site da instituição podemos encontrar diferentes informações dando a conhecer sobre algumas dinâmicas de acessibilidades presentes na instituição. O site é muito transparente e disponibiliza diversos documentos para o acesso, porém a navegação é confusa.

No site encontramos informação sobre o acervo, sobre os diferentes espaços do museu, com links de interesse e vídeos institucionais, inclusive links para a biblioteca e acesso ao acervo virtual. Existe disponibilidade de agendamento para visitas mediadas e no site existem links de acesso para audioguia virtual, em português, inglês e espanhol⁶⁹. Esse mesmo link dá acesso à visita virtual 360°, bem como um link para acesso à jogos interativos. O tour virtual também é em

⁶⁵ <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/masc/masc-familias-em-casa>

⁶⁶ <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/masc/masc-escolas-acoes-digitais>

⁶⁷ <https://www.flickr.com/photos/188712953@N05/albums/72157714562503801>

⁶⁸ Rádio pública vinculada à Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

⁶⁹ <https://tourvirtual360.com.br/mesc/audioguia/>

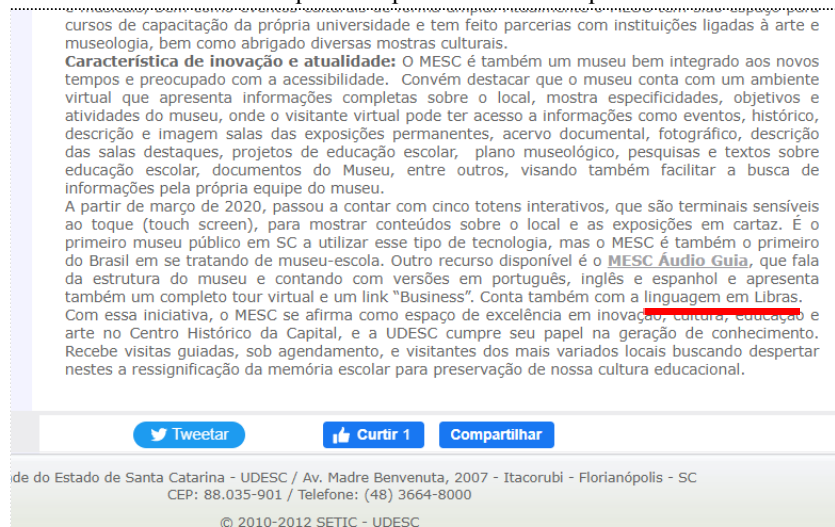
português, inglês e espanhol, incluindo o recurso de interpretação em Libras. Outros serviços disponíveis no site são a divulgação de outros museus do mesmo escopo do MESC pelo mundo⁷⁰, bem como publicações digitais, fotos e áudios históricos digitalizados⁷¹. O museu sinaliza o uso de totens interativos, acessibilidade arquitetônica e uso de recursos disponíveis para pessoas em cadeira de rodas e com baixa mobilidade.

Mesmo tendo a preocupação em criar dinâmicas acessíveis para os públicos visitantes com o uso de recurso em Libras no tour virtual, o site, como um todo, não faz uso do modelo de acessibilidade do governo Federal *eMAG* para acessibilidade e inclusão digital, disponível de forma gratuita para todos os sites no Brasil. Porém, sua estrutura, disponibiliza de uma aba exclusiva *Acessibilidade* a qual destaca os conteúdos sobre as leis constituídas direcionadas a tornar acessível os espaços, conforme o Estatuto de Museus, IBRAM e Plano Nacional Setorial de Museus, e inclusive, admite seu caráter de excelência em prol da educação, bem como a viabilizar novas formas de acesso. Por esse motivo, é importante destacar que na aba introdutória, onde consta o histórico do museu, no último parágrafo, conforme imagem abaixo, o museu se refere a Língua Brasileira de Sinais - Libras, como uma linguagem (Figura 19), repetindo o equívoco igualmente cometido pelo Museu Victor Meirelles. Reforço minhas considerações em relação às camadas associadas ao preconceito que carregam o uso, de forma inadequada, ao se referir à uma língua oficial no Brasil. Enfatizo isso, pois faz parte dos processos museológicos acessíveis, a compreensão dos itens básicos, constitucionalmente adquiridos, sobre o tema.

⁷⁰ <https://www1.udesc.br/?id=2701>

⁷¹ <https://issuu.com/museudaescolaudesc>

Figura 19. Descrição da imagem: Na imagem aparece um fragmento do texto publicado no site, com o uso inadequado de palavras em destaque.



Fonte: <https://www1.udesc.br/?id=2035>

5.6.5 Museu de Armas Major Lara Ribas

A instituição não possui site oficial. O conteúdo sobre o museu está incorporado ao *site* da Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF, podemos encontrar somente um breve histórico, contato e localização⁷². O *site* da PMF não faz uso do modelo de acessibilidade do governo Federal *eMAG* para acessibilidade e inclusão digital, disponível de forma gratuita para todos os sites no Brasil.

5.7 MUSEUS MUNICIPAIS:

5.7.1 Museu do Presépio - Bosque Vereador Pedro Medeiros

A instituição não possui site oficial. O conteúdo sobre o museu está incorporado ao site da Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF, podemos encontrar somente um breve histórico, localização, contato e imagens⁷³. O site da PMF não faz uso do modelo de acessibilidade do governo Federal *eMAG* para acessibilidade e inclusão digital, disponível de forma gratuita para todos os sites no Brasil.

⁷² <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/?cms=museu+de+armas+major+lara+ribas>

⁷³ <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/continente/index.php?cms=bosque+pedro+medeiros&menu=0>

5.7.2 Museu do Lixo da Comcap

A instituição não possui site oficial. O conteúdo sobre o museu está incorporado ao site da Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF, podemos encontrar um breve histórico, localização, contato e links que direcionam à conteúdos complementares, como um blog⁷⁴ com informações sobre os trabalhos de educação ambiental elaborados pela equipe do museu, bem como uma outra página, também dentro do site da PMF, com conteúdos complementares sobre o histórico e imagens da instituição. O site da PMF⁷⁵ não faz uso do modelo de acessibilidade do governo Federal *eMAG* para acessibilidade e inclusão digital, disponível de forma gratuita para todos os sites no Brasil.

5.7.3 Museu de Florianópolis - SESC

No site da instituição podemos encontrar informações sobre o museu, sobre o histórico da edificação e sobre o SESC, entidade gestora. Conceitua sobre as exposições temporárias e de longa duração, elucida sobre o trabalho elaborado pelo Núcleo Museológico e pelo Núcleo Educativo que disponibiliza de materiais didáticos, agendamento de visitas mediadas e ações extramuros junto com a comunidade. O museu possui o aparato operacional de excelência provido pelo sistema SESC. Na aba *Programação Cultural*, o museu disponibiliza toda programação captada em vídeo do evento *Territórios Museu - 1º Ciclo de Debates do Museu de Florianópolis*, que por conta da pandemia, disponibilizou o conteúdo ao vivo para os que não puderam se fazer presente, a fim de seguir os protocolos sanitários. O evento contou com um intérprete de Libras e teve como proposta debater assuntos que envolvam a cultura local junto aos grupos de interesse na área. O site⁷⁶ faz uso do recurso *Vlibras*.

⁷⁴ <http://museudolixoComcap.blogspot.com/>

⁷⁵

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/Comcap/index.php?cms=museu+do+lixo+++historia+e+agenda&menu=11&submenuid=1389>

⁷⁶ <https://www.sesc-sc.com.br/museudeflorianopolis/portal/>

5.8 ANÁLISE DOS DADOS E FORMULÁRIO

Para analisar a pesquisa foi elaborada uma tabela com o objetivo de simplificar a decupagem dos dados levantados.

5.8.1 Museus Federais:

Tabela 4. Respostas do formulário dos museus federais

	FEDERAL	
	M Victor Meirelles	MARquE
N. Efetivos Total	29	13
Acessibilidade	SIM	SIM
Ações de acessibilidade	Arquitetônica: Banheiros adaptados, rampa e elevador	Atitudinal: Encontros de formação sobre deficiência, acessibilidade e diversidade, espaço adaptado para visitação de grupos de idosos. Arquitetônica: rampa, banheiro adaptado, cadeira de rodas e mesa adaptada para usuários de cadeira de rodas e espaço adaptado para visitação de grupos de idosos Comunicacional: Elevador com painel em braile, legendas em braile nas exposições, apresentações em Libras, disposição adequada do acervo exposto e recursos táteis, intérprete de Libras quando comunicada a visita de estudantes surdos em grupo escolar. Livro acessível às crianças cegas ou com baixa visão, publicações nas redes sociais do MARquE com descrição de imagens.

Atitudinal	-	X
Arquitetônica	X	X
Comunicacional	-	X
Todas	-	-
Nenhuma	-	-
Outras	-	-
PcD	0	0
Preto ou Pardo	8	2
cargos chefia	0	2
tempo de permanência chefia	0	2 a 5 anos
cargo administrativo	1	2
tempo de permanência adm	6 a 10 anos	sem resposta
Direto ao público	0	2
Tempo de permanência direto ao público	0	2 a 5 anos
Outros	7	0
Tempo de permanência outros	2 a 5 anos	0
Indígena	0	0
LGBTQIA+	3+	1
Cargos chefia	0	0
Tempo de permanência chefia	0	0
Cargo Administrativo	1	1

Tempo de permanência adm	6 a 10 anos	sem resposta
Direto ao público	1	1
Tempo de permanência direto ao público	+ de 10 anos	- de 1 ano
Outros	não sabe	0
Tempo de permanência outros		0
Acessibilidade para Funcionários	SIM	SIM
O quê?	vídeo e audioguia	Recursos comunicacionais e adaptação do espaço físico que promovem o acesso a bens culturais. Oferta de bolsas-estágio a estudantes com deficiência.

Fonte: Autora, 2022.

5.8.2 Museu Victor Meirelles

Em análise podemos observar algumas contradições nas respostas, pelo ponto de vista da compreensão sobre o que são todas as dinâmicas que incluem a acessibilidade. Me refiro a isto, pois quando o museu aponta ter somente acessibilidade arquitetônica e alega não ter acessibilidade comunicacional, revela uma contradição, dando a mostrar que não compreendem alguns usos dos seus equipamentos, pois ao se observar as duas últimas questões, o museu acusa o uso de vídeo e audioguias, tratando-se de uma ferramenta comunicacional. Outra situação é em relação às questões atitudinais, pode se considerar, que uma instituição que opera no seu quadro laborar com pessoas pretas, pardas e LGBTQIA+, como uma entidade a qual promove a inserção de minorias, tendo alguns níveis de representatividades atendidos sobre as diversidades, portanto, fica evidente que existe uma lacuna na compreensão sobre acessibilidade atitudinal. O museu assume não ter PcDs e nem indígenas em seu quadro de efetivos.

5.8.3 MArquE

Em análise podemos observar que o museu assume ter acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal. Aponta as dinâmicas executadas internamente, assume a inclusão de algumas minorias e adequação arquitetônicas. Porém, apesar de mostrar seus esforços a fim de incluir as diversidades, assume não ter em seu quadro de efetivos PcDs e nem indígenas.

5.8.4 Museus Estaduais:

Tabela 5. Respostas do formulário dos museus Estaduais

	ESTADUAL				
	MHSC	MASC	MIS/SC	MESC	MA Maj. L Ribas
N. Efetivos Total	6	-	5	4	-
Acessibilidade	SIM	-	SIM	SIM	-
Ações de acessibilidade	Arquitetônica: elevador em licitação. Atitudinal: capacitação de equipe para receptivo de PCD	-	Arquitetônica: rampas de acesso, banheiro adaptado, cadeiras de rodas	Arquitetônica: equipamentos para acessibilidade física ao prédio, banheiros acessíveis. Outras: áudio guia. Alguns eventos/exposições temporárias que são apresentados no museu apresentam apoio para esse tipo de público, seja por monitores ou peças acessíveis.	-
Atitudinal	X	-	-		-

Arquitetônica	X	-	X	X	-
Comunicacional	-	-	-	-	-
Todas	-	-	-	-	-
Nenhuma	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	X	-
PcD	0	-	0	0	-
Preto ou Pardo	1	-	0	0	-
cargos chefia	0	-	0	0	-
tempo de permanência chefia	0	-	0	0	-
cargo Administrativo	0	-	0	0	-
tempo de permanência adm	0	-	0	0	-
Direto ao público	1	-	0	0	-
tempo de permanência direto ao público	+ de 10 anos	-	0	0	-
Outros	1	-	0	0	-
Tempo de permanência outros	- de 1 ano	-	0	0	-
Indígena	0	-	0	0	-
LGBTQIA+	1	-	1	1	-
Cargos chefia	1	-	0	0	-
Tempo de permanência chefia	- de 1 ano	-	0	0	-
Cargo Administrativo	1	-	1	0	-
Tempo de permanência adm	resp não - contradição	-	6 a 10 anos	0	-
Direto ao público	0	-	0	0	-
Tempo de permanência direto ao público	0	-	0	0	-
Outros	1	-	1	0	-
Tempo de permanência outros	resp não - contradição	-	6 a 10 anos	0	-
Acessibilidade para	NÃO	-	NÃO	NÃO	-

Funcionários					
O quê?	-	-	-	-	-

Fonte: Autora, 2022.

5.8.5 Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC

Em análise podemos observar que existe falta de compreensão sobre as questões de acessibilidade. As respostas possuem contradições, não deixando consistente o resultado final. O museu assume ter acessibilidade arquitetônica e atitudinal quando responde ter *elevador em licitação e formação de equipe para receptivo de PcDs*. Quanto a resposta sobre acessibilidade atitudinal, fica evidente que existe ausência de formação e treinamento. O receptivo de um museu não pode ser treinado somente para receber PcDs, principalmente porque, com certeza, o treinamento passa por situações constrangedoras, a ambos, pois o museu tem uma estrutura interna repleta de barreiras arquitetônicas. Apesar das intenções positivas associadas a qualquer iniciativa, as respostas evidenciam falta de conhecimento e preparo por parte da equipe do MHSC, pois trata-se de um imóvel tombado e com diversas questões sensíveis quando se trata da acessibilidade arquitetônica, tanto na área externa do jardim, quanto na parte interna. Indicar que está licitando um elevador, apesar de demonstrar interesse, não pode ser considerado como acessível. O museu assume não ter PcDs nem indígenas no seu quadro de efetivos e sinaliza ter 1(um) funcionário preto ou pardo, bem como 1(um) funcionário LGBTQIA+.

5.8.6 Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina - MIS/SC

Em análise podemos observar que o museu assume ter acessibilidade arquitetônica, não ter efetivos PcDs, nem indígenas, e 1(um) LGBTQIA+. Ao responder que tem acessibilidade, no início do formulário e responder não ter acessibilidade para funcionários, na última questão, evidencia que existe conhecimento insuficiente sobre o tema.

5.8.7 Museu da Escola Catarinense – MESC

Em análise podemos observar que o museu assume ter acessibilidade arquitetônica. Nessa resposta o museu não percebeu que na sua resposta, havia um item importante considerado como

acessibilidade comunicacional, o audioguia e as peças acessíveis. Essa resposta evidencia conhecimento insuficiente sobre as questões sobre acessibilidade. O museu assume não ter PcDs, nem pretos e pardos, nem indígenas e 1(um) LGBTQIA+. Também se contradiz quando afirma não ter acessibilidade para funcionários.

5.8.8 Museu de Arte de Santa Catarina e Museu de Armas Major Lara Ribas

Das dez entidades museológicas pesquisadas apenas duas não responderam, estas são: Museu de Arte de Santa Catarina - MASC e Museus de Armas Major Lara Ribas, ambos Estaduais. Quando se propõe uma pesquisa a uma entidade museológica, com o foco na obtenção de dados referentes a setores vinculados à administração pública, é lamentável perceber que algumas instituições, por força do hábito ou pela falta indiscriminada do cumprimento das leis, tomam por direito a não resposta. Quando entidades que estão a serviço da população, com o uso do orçamento público para garantir a sua existência, não se comprometem a disponibilizar informações solicitadas, estão descumprindo seus deveres, portanto cito um dos princípios constitucionais relacionados à administração pública expressos na Constituição Federal no art. 37, referente ao Princípio da Publicidade Administrativa, o qual garante transparência nas informações de interesse público (Brasília, 1988. CF. Art. 37). Bem como a lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação, a qual obriga, no caso da negativa da resposta, por parte dos setores administrativos questionados, o fornecimento de dados, cito:

A lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esta Lei representou um importante passo para a consolidação do regime democrático brasileiro e para o fortalecimento das políticas de transparência pública (BRASIL, 2011).

Portanto, neste caso, a não resposta, passa a ser o principal dado vinculado a essas entidades, que por alguma razão, não acharam conveniente informar sobre o seu organograma. Por esse motivo, a Lei de Acesso à Informação não foi executada. Porém partindo do ponto que ambas são entidades onde os estudantes de museologia da UFSC, por via de regra, costumam avaliar durante visitas técnicas, posso afirmar que ambas as entidades não possuem processos museológicos acessíveis de forma a alcançar os três itens - Comunicacional - Arquitetônico - De

acesso dos públicos - de forma razoável, bem como não devem ter PcDs em seu quadro institucional. Não cabe a este trabalho monográfico, uma “caça às bruxas”, porém, desde o momento que não se comunica uma resposta, se abre precedentes para novos tipos de avaliações. Ressaltando que o Museu de Armas está temporariamente fechado por conta da situação pandêmica, porém o MASC está aberto.

5.9 MUSEUS MUNICIPAIS:

Tabela 6. Respostas do formulário dos museus municipais.

	MUNICIPAL		
	M Presépio FLN	Museu do Lixo	Museu de FLN
N. Efetivos Total	4	8	12
Acessibilidade	NÃO	SIM	SIM
Ações de acessibilidade	Interagir ajudando quando necessário, instruindo, orientando e incluindo.	Arquitetônica: rampas de acesso, banheiro adaptado. Comunicação: comunicação para diferentes públicos, exceto surdos, embora um dos membros da equipe tenha esta habilidade, mas não fica 100% dedicada ao recebimento das pessoas (então não se considera).	Atitudinal: a equipe é capacitada para atender com igualdade a diversidade de público que recebemos na nossa instituição; Arquitetônica: possuímos rampas de acesso, elevador e banheiro acessível. Comunicacional: multimídia com libras, inglês e espanhol.

Atitudinal	-	X	X
Arquitetônica	-	X	X
Comunicacional	-	X	X
Todas	-	X	X
Nenhuma	X	-	
Outras	-	-	
PcD	0	0	1
cargos chefia	0	0	0
tempo de permanência chefia	0	0	0
cargo Administrativo	0	0	1
tempo de permanência adm	0	0	+ de 10 anos
Direto ao público	0	0	0
tempo de permanência direto ao público	0	0	0
Outros	0	0	0
tempo de permanência outros	0	0	0
Preto ou Pardo	1	2	3
cargos chefia	0	0	0
tempo de permanência chefia	0	0	0
cargo Administrativo	0	0	1
tempo de permanência adm	0	0	2 a 5 anos

Direto ao público	1	2	3
tempo de permanência			
direto ao público	-	+ de 10 anos	- de 1 ano
Outros	1	2	0
tempo de permanência			
outros	6 a 10 anos	+ de 10 anos	0
Indígena	0	0	0
LGBTQIA+	0	0	0
Cargos chefia	0	0	0
Tempo de permanência			
chefia	0	0	0
Cargo Administrativo	0	0	0
Tempo de permanência			
adm	0	0	0
Direto ao público	0	1	0
Tempo de permanência			
direto ao público	0	resp não - contradição	0
Outros	0	1	0
Tempo de permanência			
outros	0	resp não - contradição	0
Acessibilidade para			
Funcionários	NÃO	SIM	SIM
O quê?	-	Existe cotas nos concursos públicos	O Sesc como instituição possui diversas ações para a inclusão. Atualmente no museu, contamos com um

			funcionário com deficiência em uma das pernas e sendo assim, os espaços são acessíveis para ele.
--	--	--	--

Fonte: Autora, 2022

5.9.1 Museu do Presépio

Em análise podemos observar que o museu assume não ter nenhuma acessibilidade e quando alega *interagir ajudando quando necessário, instruindo, orientando e incluindo*, revela total desconhecimento sobre processos museológicos acessíveis, bem como uma atitude capacitista quando relacionada ao acolhimento de PcDs. Apesar de assumir que existe 1(um) efetivo preto ou parto, revela não ter efetivos PcDs, indígenas e LGBTQIA+.

5.9.2 Museu do Lixo – Comcap

Em análise podemos observar que o museu assume ter acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal. Na comunicacional alega comunicar com diferentes tipos de públicos, porém não deixa claro que públicos são esses, se contradizendo ao assumir a habilidade, por parte de um dos efetivos, para se comunicar em Libras, mas assume não considerar essa comunicação para o receptivo de visitantes, com essa atitude, pontua a desconsideração por parte dos públicos. Isso traz a reflexão sobre o não aproveitamento dos conhecimentos por parte dos efetivos, por conta de questões administrativas, evidenciando uma lacuna na responsabilidade comunicacional e social. O museu também pontua ter acessibilidade arquitetônica, porém, ao se realizar uma visita técnica ao local, possivelmente, na resposta, não foi considerado todo o seu entorno, que faz parte da experiência do educativo, transitando em lugares de difícil acesso, inclusive o trajeto de paralelepípedo para acessar até a porta do museu. Embora não esteja discriminado de forma clara, a acessibilidade atitudinal pode ser considerada por meio do importante trabalho de conscientização realizado pelos educadores ambientais responsáveis pela criação do museu. O museu assume não ter PcDs, nem indígenas e nem LGBTQIA+ no seu

quadro de efetivos, mas assume ter dois funcionários pretos ou pardos, alegando ter acessibilidade para os funcionários por meio de cotas nos concursos públicos atrelados a prefeitura, deixando claro a falta de validação dessa informação na relação direta com o museu.

5.9.3 Museu de Florianópolis

Em análise podemos observar que o museu assume ter acessibilidade atitudinal, comunicacional e arquitetônica. Foi o único museu que demonstrou conhecimentos sobre as questões de acessibilidade, não se contradizendo nas respostas e pontuando ter “equipe capacitada para atender com igualdade a diversidade de público” e “multimídia com libras, inglês e espanhol”, deixando uma pista de quais são esses públicos visitantes. As adequações arquitetônicas estão disponíveis aos efetivos e aos visitantes. Não é preciso ir muito longe para entender que o sistema SESC segue padrões mais rigorosos nos processos acessíveis em comparação com os outros museus da cidade. No corpo de trabalhadores para além da PcD, ainda estão 3 pretos ou pardos, porém o museu assume não ter funcionários indígenas e LGBTQIA+.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou este trabalho de pesquisa se constatou que havia uma perceptível ausência de profissionais com alguma deficiência ou pertencentes aos grupos minoritários nos museus da cidade de Florianópolis, por esse motivo se fez necessário a avaliação da situação atual dos museus com natureza administrativa pública da cidade de Florianópolis. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral traçar o panorama que abarcasse o levantamento de dados em relação às PcDs. Constatou-se que o objetivo geral foi parcialmente atendido, devido a não resposta por parte de duas entidades museológicas. Porém, se conseguiu identificar que existem ausências de representatividade no protagonismo desses profissionais, identificando somente 1(um) museu com a presença de 1(um) profissional atuando na parte administrativa do museu por mais de dez anos. Outros desdobramentos de pesquisa foram avaliados nos objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico foi o de identificar quantos efetivos eram pessoas LGBTQIA+, pessoas indígenas e pessoas pretas ou pardas que estão efetivas nos museus. Esse objetivo foi alcançado. Verificou-se a presença de 17 pessoas pretas ou pardas em 6 dos museus, 7 pessoas LGBTQIA+ em 5 dos museus, e nenhuma pessoa indígena nos 10 museus pesquisados.

O segundo objetivo específico foi o de identificar quais são os cargos ocupados por esses trabalhadores, bem como o tempo de permanência destes. Esse objetivo foi alcançado, pois verificou-se a presença de dois profissionais pretos ou pardos em cargos de chefia, com cerca de 2 à 5 anos de permanência, 4 profissionais pretos ou pardos em cargos administrativos, com o tempo de permanência de 2 à 10 anos, 9 pessoas pretos ou pardos atuam diretamente com os públicos visitantes, com o tempo de permanência entre 1 a mais de 10 anos. Por fim, 11 pessoas pretos ou pardos atuam em outros cargos, com o tempo de permanência entre 1 a mais de 10 anos. Verificou-se também a presença de 1 (um) profissional LGBTQIA+ em cargos de chefia, com menos de 1(um) ano de permanência, 4 profissionais LGBTQIA+ em cargos administrativos, com o tempo de permanência de 6 à 10 anos aproximadamente, 3 profissionais LGBTQIA+ atuam diretamente com os públicos visitantes, com o tempo de permanência entre 1 a mais de 10 anos e por fim 3 profissionais LGBTQIA+ que atuam em outros cargos, com o tempo de permanência de 6 a 10 anos.

O terceiro objetivo específico era o de compreender, quais são os níveis de acessibilidade nas instituições e se os museus tinham entendimento sobre todas as possibilidades que abarcavam o tema acessibilidade. O objetivo foi alcançado pois, por meio das respostas, percebeu-se que existiam contradições em relação à falta da compreensão global sobre o tema. A maioria dos museus não associa que as ações de acessibilidade voltadas para os funcionários, também estão a serviço dos efetivos, registrando respostas confusas e incompletas.

O quarto objetivo específico, o qual corroborou para uma análise comparativa das respostas do formulário, foi a avaliação dos conteúdos expostos nos *sites* dos museus, focados em informar sobre a acessibilidade oferecidas pelas instituições. Esse objetivo foi alcançado, pois diante da observação dos sites, na maioria, foram encontradas informações contradizendo as respostas do formulário, deixando evidente o insuficiente conhecimento sobre as boas práticas de acessibilidade.

A pesquisa partiu da hipótese que não havia a presença de profissionais com alguma deficiência nos museus da cidade e a proposta de aplicar um formulário serviu para testar e verificar se havia ou não fundamento, portanto a hipótese foi parcialmente confirmada, havendo 1(uma) PcD atuando em 1(um) museu. Porém, mesmo ao realizar as avaliações pelo formulário e das páginas da internet, não se pode afirmar que exista protagonismo da PcD nos museus de Florianópolis, pois as ausências sobre o tema vão muito além da proposta inicial.

Uma das limitações encontradas na pesquisa foi a ausência de informação consistente sobre o tema em relação aos museus da cidade, bem como, a impossibilidade de se avaliar todos os museus, públicos e privados. Isso se dá pois por se tratar de um projeto de conclusão de curso, em meio a pandemia de COVID-19, seria inviável a realização desta, porém esse fato abre precedente para novas pesquisas dentro do tema. Somente uma pequena parcela, das 28 instituições registradas no SEM/SC, foram avaliadas. Outra limitação encontrada foi em relação a participação das entidades, pois por se tratar de um projeto monográfico duas instituições não quiseram participar, e algumas que responderam deixaram as respostas incompletas, causando uma limitação na avaliação final.

Por tudo isso, fica evidente que, além de não existir protagonismo de PcDs nos museus da cidade, exista uma enorme lacuna por parte das entidades sobre o que realmente significa a inclusão. Apesar das regulamentações existentes na Constituição Federal, o descumprimento dessas regras passa pela omissão do setor público, pois a única entidade com o mínimo de responsabilidade social sobre as questões laborais associadas à PcD tem natureza administrativa público-privada, o museu de Florianópolis, administrado pelo SESC e financiado pela PMF.

Mesmo as instituições que demonstram ter indicativos de acessibilidade nas suas redes de internet apresentam dados contraditórios e conflitantes nas respostas do formulário, manifestando o seu caráter institucional excludente. Por vezes, a marca das ausências de representatividades dentro das instituições tem reflexo na não frequência dos públicos nos museus. Afinal de contas, os museus precisam compreender definitivamente que os públicos só voltam a visitar as instituições as quais se identificam. Por esse motivo questiono como um museu pode cumprir o seu papel social diante desse afastamento da realidade? As representações sobre a deficiência são marcos poderosos que funcionam como testemunhos dentro das narrativas expográficas. Porém, as representações, de forma autônoma de trabalhadores com alguma deficiência ou que se enquadre dentro de algum grupo minoritário, fortalece o papel do empoderamento destes que por consequência reforçará o sentimento de pertencimento por parte dos efetivos do museu e dos públicos identitários.

As representações nas instituições têm o objetivo de alterar a forma como a deficiência foi representada durante anos, a fim de promover uma nova interpretação por parte de todos, que de alguma maneira interagem com este trabalhador, deixando de ser considerado uma “fonte de inspiração” para passar a ser um cidadão pleno em seus direitos e capacidades. O propósito é

desmanchar a imagem estereotipada que convencionou os padrões de normalidade dos corpos e com isso renovar significados socioculturais sobre a deficiência, não corroborando com antigos padrões estabelecidos hegemonicamente.

Além do respeito às propostas constitucionais, devemos respeito às diversidades humanas que estão presentes em todos os espaços compartilhados. É necessário para isso perceber a verdadeira função social do museu a partir da escuta ativa, da formação ampliada e do acolhimento às diversidades. Assim como o corpo de trabalhadores por vezes não se sente confortável ao receber uma PcD por diferentes motivos, principalmente o do desconhecimento, o mesmo acontece com um visitante com alguma deficiência. O resultado é o afastamento por conta da não identificação por parte dos públicos diversos. Portanto, o exercício que envolve a estruturação do acolhimento dos visitantes diversos aconteceria de forma mais realista, caso a instituição tenha dentro da sua equipe a participação de PcDs.

A partir disso, buscou-se compreender os porquês das não contratação de PcDs e das minorias em entidades públicas que, por via de regra, seguem leis de cotas. Com certeza não é por falta de profissionais com formação em nível superior ou nível médio disponíveis no mercado de trabalho. Somente na UFSC, existe uma quantidade razoável de estudantes, com alguma deficiência (CAE. 2021), matriculados na instituição se preparando para participar do mercado de trabalho. Podemos também recorrer aos dados oferecidos pelo IBGE para constatar a existência de um grande número de PcDs disponíveis no mercado de trabalho em Santa Catarina (IBGE, 2010). Por esse motivo, fica a dúvida sobre a existência, na prática, das políticas acessíveis dentro do aparato Estatal, evidenciando que a acessibilidade atitudinal é a primeira das ausências.

É verdade que o aparato Estatal é composto pela sociedade civil, portanto, a responsabilidade deve ser compartilhada, pois a inclusão não pode ficar somente nos decretos e leis, mas sim, fazer parte da realidade de todos, a fim de romper com a visão capacitista que só vê as deficiências e não as capacidades individuais. Essas questões mostram as dificuldades atreladas à compreensão social sobre a deficiência, onde qualquer cidadão que tenha uma diferença, ao que o senso comum elege como normal, é diretamente penalizado ou excluído dos processos. Isso acontece como forma a justificar as ausências desses públicos dentro do universo laboral. É importante e necessário desconstruir as ideias capacitistas atreladas ao modelo médico e ressaltar que não é a PcD que precisa se adaptar às estruturas culturais, mas sim o museu, no caso, que precisa encarar com urgência a importância de aproximar as diversidades aos processos

museológicos. Portanto, as pessoas que ocupam os lugares de poder devem criar possibilidades, de acordo com as leis, de maneira a dinamizar caminhos para que se tenha a inclusão e que se pense em acessibilidade, promovendo possibilidades, para que as pessoas com alguma deficiência possam usufruir dos seus determinados direitos. Enquanto o Estado não fiscalizar as próprias regulamentações criadas por ele, continuará perpetuando o cunho assistencialista da inclusão.

Se a acessibilidade tem um caráter transitório, a inclusão deve ter um caráter definitivo. A ideia não é mostrar, a partir das impossibilidades e situações que não são positivas, pois estas existem em praticamente todos os setores sociais, mas sim o de trazer evidências e exemplos possíveis nos processos museológicos acessíveis. Assim como é urgente a naturalização da igualdade de oportunidades a todos, se faz necessário uma análise criteriosa sobre as entidades de referência que por diferentes razões pulverizam informações problemáticas e preconceituosas de forma simplista - e por vezes simplórias - repetindo padrões que infelizmente acontecem de cima para baixo, a exemplo dos formulários avaliativos elaborados pelo Cadastro Nacional de Museus, que balizam as pesquisas do Cadastro Catarinense de Museus.

Essas problemáticas estão associadas aos acontecimentos atuais aos quais corroboram para a constante falta de controle, como a extinção do Ministério da Cultura - Minc e o não seguimento das diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura - PNC, bem como a suspensão do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Conade, os ataques à lei de cotas e nas definições da avaliação dos instrumentos biopsicossocial, inclusive na alteração da lei de improbidade administrativa, o qual dá um “tiro no pé” em relação a obrigatoriedade da fiscalização do não cumprimento das leis por parte dos gestores públicos e etc. A atual gestão do Governo Federal baixou o decreto 10.177 de dezembro de 2019, a fim de suspender as atividades do Conade sem consultar as entidades e sociedade civil, ignorando o lema principal que resume o marco das conquistas “nada sobre nós sem nós”. Isso tudo tem como resultado a falta de fiscalização sobre as políticas públicas criadas para beneficiar os cidadãos em suas diversidades; e a falta de penalização para os gestores públicos que se escondem atrás das atitudes desumanas, associadas às políticas excludentes do governo federal. Em consequência temos a ausência de verbas, de fiscalização e da formação contínua.

Por fim, a acessibilidade não pode ser vista como um subproduto. É preciso pensar nas diferentes barreiras que devem ser rompidas a partir de políticas públicas culturais como um processo no qual enfrentará as mudanças de paradigma em relação ao capacitismo e dos valores

sociais agregados à deficiência. Acessibilidade e museologia devem se aproximar entre diálogos e práticas com a finalidade de se oportunizar novos pontos de vista para além do que se propõe nas práticas museológicas atuais. Diante das avaliações, no universo dos museus, fica evidente a urgência da inclusão de profissionais com alguma deficiência, pois a diversidade humana só será respeitada a partir do momento que todos deixarem de perceber as diferenças como uma “questão”.

7. REFERÊNCIAS

- ABNT. NBR 9050. Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. 11 out. 2015. 148p. ISBN 978-85-07-05706-2.
- ARANTES, Vera Maria (org.). Direitos humanos. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância (Cadernos da TV escola). 1999. ISSN 1516-876X. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/direitos.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe Sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e da Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 06 dez. 2021.
- BRASIL. Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009. promulga a convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 11 fev. 2022.
- BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 12 fev. 2022.
- BRASIL. Artigo 3 da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/49550073/artigo-3-da-lei-n-13146-de-06-de-julho-de-2015/legislacao>. Acesso em: 04 dez. 2021
- BRASIL. Decreto nº 10.415, de 06 de julho de 2020. Institui o grupo de trabalho interinstitucional sobre o modelo único de avaliação Biopsicossocial da deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10415.htm. Acesso em: 19 fev. 2022
- BRASIL. Decreto nº 10.611, de 29 de janeiro de 2021. Altera o Decreto nº 10.415, de 06 de julho de 2020 que institui o grupo de trabalho interinstitucional sobre o modelo único de avaliação Biopsicossocial da deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10611.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.611%2C%20DE%2029,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 19 fev. 2022.
- CAE. Dados sobre estudantes com deficiência. Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE). SAAD UFSC. 2021. Disponível em: <https://cae.ufsc.br/dados-sobre-estudantes-com-deficiencia/>. Acesso em: 05 mar. 2022.
- CAISM Philippe Pinel. **Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Estado de Saúde,**

2003. Disponível em:

<http://www.saude.sp.gov.br/caism-philippe-pinel/institucional/quem-foi-philippe-pinel>. Acesso em: 30 nov. 2021.

Cerca de 372 mil pessoas com deficiência estão atualmente no mercado de trabalho.

Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/cerca-de-372-mil-pessoas-com-deficiencia-estao-atualmente-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 1 abr. 2022.

CRISTIANO, A. Libras é língua ou linguagem? Disponível em:

<<https://www.libras.com.br/libras-e-lingua-ou-linguagem>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

CONADE. Portaria nº1 de 15 de outubro de 2010. Disponível em:

<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=216389>. Acesso em: 05 mar. 2022.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. Acessibilidade a Museus. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM. Brasília. 2012. 190p. Cadernos Museológicos. Vol.2. ISBN 978-85-63078-19-3.

CONADE. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conade. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, 08 mai. 2018. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/conade/conselho-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-conade>. Acesso em: 02 dez. 2021.

Conheça um pouco do Projeto Acesso, realizado pelo MCC | Dragão do Mar. Disponível em:

<<http://www.dragaodomar.org.br/noticias/391/20200424-1531-conheca-um-pouco-do-projeto-aceso-realizado-pelo-mcc>>. Acesso em: 8 dez. 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na

Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, jun. 1994. Disponível em:

[https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf). Acesso em: 19 fev. 2022

DECLARAÇÃO DE MADRID (Espanha). Congresso europeu de pessoas com deficiência.

Madrid. 2002. Disponível em:

<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/legislacaodeficiente/declaracaodemadrid-2002.pdf>. Acesso em 17 fev. 2022.

DECLARAÇÃO DE MONTREAL. Declaração de Montreal Sobre a Deficiência Intelectual.

Montreal, Canadá, out.2004. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/declaracao_montreal.pdf. Acesso em: 19 fev. 2022.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS (Conferência de Jomtien – 1990). Unicef Brasil, [s.d]. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 04 dez. 2021.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**. 6(11). Dez 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>

FCC. Relatório do Cadastro Catarinense de Museus. Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. Florianópolis. 2021. 114p. ISBN 978-65-87664-05-7.

FCC - Fundação Catarinense de Cultura - Cadastro Catarinense de Museus. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/sem/cadastro-catarinense-de-museus>. Acesso em: 2 dez. 2021.

FCEE. Acessibilidade. FCEE Fundação Catarinense de Educação Especial. [s.d]. Disponível em: <https://www.fcee.sc.gov.br/acessibilidade-do-site>. Acesso em: 01 mar. 2022.

GANDRA, Alana. Pessoas com deficiência em 2019 eram 17,3 milhões. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2021. Saúde. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/pessoas-com-deficiencia-em-2019-eram-173-milhoes#:~:text=A%20Pesquisa%20Nacional%20de%20Sa%C3%BAde,menos%20uma%20de%20suas%20fun%C3%A7%C3%B5es..> Acesso em: 8 mar. 2022

GURGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. **Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – Ampid**. c2007. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 03 dez.2021

HAMMES, Isabel Cristina & NUERNBERG, Adriano Henrique. A inclusão de pessoas com deficiência no contexto do trabalho em Florianópolis: Relato de experiência no sistema nacional de emprego. **Psicol. cienc. prof.** 35 (3). jul-sep 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212012>.

IBGE revela que 67% de pessoas com deficiência não tem instrução adequada. **Estadão de Minas**. Diversidade. 27 ago. 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2021/08/27/noticia-diversidade,1299592/ibge-revela-que-67-de-pessoas-com-deficiencia-nao-tem-instrucao-adequada.shtml>. Acesso em: 11 dez. 2021.

IBGE | Conceitos e métodos - Metadados. Disponível em: <https://metadadosobmigra.ibge.gov.br/consulta/acessibilidade>. Acesso em: 11 dez. 2021.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Amostra - Pessoas com deficiência. Brasil. Santa Catarina. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/23/23612?tipo=ranking&indicador=23780>. Acesso em: 05 mar. 2022.

IBRAM. *Museus em números*. Brasília. Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM, 2011. 240p; vol. 1. ISBN 978-85-63078-13-1.

Inclusão.DOC: Pessoas com Deficiência, Acesso à Cultura e Culturas de Acesso | Blog.

Disponível em:

<<https://portal.museudainclusao.org.br/comunicacao/blog/inclusao-doc-pessoas-com-deficiencia-acesso-a-cultura-e-culturas-de-acesso/>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MAM. *Educativo e Acessibilidade: Experiência do MAM*. São Paulo, 2018. p.24.

MELLO, Anahi Guedes. O que é Capacitismo. **Inclusive Inclusão e Cidadania**. 02 dez 2016.

Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/arquivos/29958>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Sobre o órgão. *Museus*. Ministério do Turismo. 07 set.

2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre-o-orgao>. Acesso em: 01 mar. 2022.

O museu casa como problema: comunicação e educação em processo. In: II Seminário sobre Museus Casas, 1998, Rio de Janeiro. *Anais do II Seminário sobre Museus Casas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998. v. 1. p. 180-181.

SANTA CATARINA. Lei nº17.292, de 19 de outubro de 2017. Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência. Disponível em:

http://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/17292_2017_lei.html. Acesso em: 17 fev. 2022.

SANTANA, Lara Souto. Protagonizar é preciso! In: *Seminário Internacional Acessibilidade em Museus e Espaços Culturais Desafios e Inspirações*. Org. Resende, Ieda Maria; Sarrafi, Viviane Panelli; Ribeiro, Isabella. GEPAN, SESC, 2018.

SANTOS, M. C. T. M. PROCESSO MUSEOLÓGICO E EDUCAÇÃO: contribuições e perspectivas. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 7, n. 7, 11.

SARRAF, Viviane Panelli. Curadorias participativas: Diretrizes para Desenvolvimento de Exposições e Ações Educativas com Participação do Público. In: *Seminário Internacional Acessibilidade em Museus e Espaços Culturais Desafios e Inspirações*. Org. Resende, Ieda Maria; Sarrafi, Viviane Panelli; Ribeiro, Isabella. GEPAN, SESC, 2018.

THE INSTRUCTIONS OF AMENEMOPE. **Tour Egypt**, [s.d]. Disponível em:

<http://www.touregypt.net/instructionofamenemope.htm>. Acesso em: 28 nov. 2021.

TEIXEIRA, M.; SANTOS, M. PROCESSO MUSEOLÓGICO: critérios de exclusão 1. [s.l: s.n.].

Disponível em:

<<https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2016/04/Processo-Museol%C3%B3gico-crit%C3%A9rios-de-exclus%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2022.

APÊNDICE

TCC - Ana Roman - "O PROTAGONISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DIAGNÓSTICO DOS MUSEUS PÚBLICOS DE FLORIANÓPOLIS"

Este formulário tem por objetivo avaliar a participação e integração de pessoas com alguma deficiência nos quadros laborais dos museus com natureza administrativa pública na cidade de Florianópolis - SC.

As respostas são anônimas e serão utilizadas para elaboração do trabalho monográfico da graduanda do curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Ana Paula Soares Roman com o título "O PROTAGONISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DIAGNÓSTICO DOS MUSEUS PÚBLICOS DE FLORIANÓPOLIS", orientado pela Prof^a. Dr^a. Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes.

Todas as questões são direcionadas somente para os funcionários efetivos que façam parte do corpo de trabalho do museu, NÃO contemplando funcionários temporários ou terceirizados.

1. Identifique a sua entidade:

Municipal

Estadual

Federal

2. Seu museu é: _____

3. Quantos funcionários efetivos existem na sua instituição?

4. Quantos funcionários efetivos são pessoas com deficiência?

5. Na sua instituição existe acessibilidade?

Sim

Não

6.Caso exista, sinalize quais:

Atitudinal

Arquitetônica

Comunicacional

TODAS

OUTRAS

NENHUMA

7.Caso tenha selecionado algum item na questão anterior, quais são as ações pontuais realizadas de acordo com cada item selecionado?

8.Quantos funcionários com alguma deficiência protagonizam cargos de chefia:

9.Quantos funcionários com alguma deficiência protagonizam cargos Administrativos:

10.Quantos funcionários com alguma deficiência protagonizam cargos com ações ligadas diretamente aos públicos visitantes:

11.Quantos funcionários com alguma deficiência protagonizam cargos em outras ações:

12.Caso sua resposta indique a existência de algum funcionário com alguma deficiência, de acordo com as questões acima, indique por gentileza o tempo que este funcionário está vinculado à instituição?

	Menos de 1 ano	De 2 à 5 anos	De 6 à 10 anos	Mais de 10 anos	Não existe funcionários
Chefia					
Administrativo					
Ações ligadas diretamente com os públicos visitantes					
Outros cargos e ações					

13.Quantos funcionários efetivos são pessoas pretas ou pardas?

14.Quantos funcionários pretas ou pardas protagonizam cargos de chefia:

15.Quantos funcionários pretas ou pardas protagonizam cargos Administrativos:

16.Quantos funcionários pretas ou pardas protagonizam cargos com ações ligadas diretamente aos públicos visitantes:

17.Quantos funcionários pretas ou pardas protagonizam cargos em outras ações:

18.Caso sua resposta indique a existência de algum funcionário pretos ou pardos, de acordo com as questões acima, indique por gentileza o tempo que este funcionário está vinculado à instituição?

	Menos de 1 ano	De 2 à 5 anos	De 6 à 10 anos	Mais de 10 anos	Não existe funcionários
Chefia					
Administrativo					
Ações ligadas diretamente com os públicos visitantes					
Outros cargos e ações					

19.Quantos funcionários efetivos são pessoas LGBTQIA+?

20.Quantos funcionários LGBTQIA+ protagonizam cargos de chefia:

21. Quantos funcionários LGBTQIA+ protagonizam cargos Administrativos:

22.Quantos funcionários LGBTQIA+ protagonizam cargos em ações ligadas diretamente aos públicos visitantes:

23.Quantos funcionários LGBTQIA+ protagonizam cargos em outras ações:

24. Caso sua resposta indique a existência de algum funcionário LGBTQIA+, de acordo com as questões acima, indique por gentileza o tempo que este funcionário está vinculado à instituição?

	Menos de 1 ano	De 2 à 5 anos	De 6 à 10 anos	Mais de 10 anos	Não existe funcionários
Chefia					
Administrativo					
Ações ligadas diretamente com os públicos visitantes					
Outros cargos e ações					

25. Quantos funcionários efetivos são pessoas indígenas?

26. Quantos funcionários indígenas protagonizam cargos de chefia:

27. Quantos funcionários indígenas protagonizam cargos Administrativos:

28. Quantos funcionários indígenas protagonizam cargos em outras ações:

29. Caso sua resposta indique a existência de algum funcionário indígena, de acordo com as questões acima, indique por gentileza o tempo que este funcionário está vinculado à instituição?

	Menos de 1 ano	De 2 à 5 anos	De 6 à 10 anos	Mais de 10 anos	Não existe funcionários
Chefia					
Administrativo					
Ações ligadas diretamente com os públicos visitantes					
Outros cargos e ações					

30. Na sua instituição existem protocolos, dinâmicas e/ou ações que garantam, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência? - exemplo: intérprete de libras para funcionários surdos.

Sim

não

31. Caso tenha respondido sim para a questão anterior, por gentileza apontar quais são essas ações?